

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

AO Senhor pregoeiro do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15 REGIÃO.

Pregão Eletrônico Nº 47/2022

IDT CORP COMERCIO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI., sociedade empresária por cota única, inscrita no CNPJ sob o nº 21.262.834/0001-45, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Julio Sayago, 301, Vila Ré, CEP 03669-010, e seu sócio-diretor infra-assinado – de agora em diante mencionada apenas por IDT CORP ou RECORRENTE – vem, nos termos do Edital e legislação complementar, apresentar as RAZÕES DE RECURSO contra a decisão que classificou a proposta da empresa ZOOM TECNOLOGIA LTDA.

DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

Tendo tomado ciência em 16/09/2022, da declaração de vencedor do certame em tela, a empresa IDT CORP, via portal comprasnet e no mesmo dia registrado nossa intenção de recursos no mesmo portal, começou a fluir no dia 19/09/2022, o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, encerrando-se em 04/08/2022, conforme edital e legislação vigente.

Portanto, é tempestivo o presente recurso e merece ser conhecido.

DOS MOTIVOS PARA A RECLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA DA EMPRESA IDT CORP

A seguir apresentamos as razões de recurso, os quais confrontam de forma objetiva, que os motivos aplicados pela comissão do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA 15 REGIÃO para a classificação da proposta da empresa ZOOM TECNOLOGIA LTDA não procedem.

RAZÕES

RAZÃO I

R.HS05

Deverá ter, no mínimo, 2 (duas) placas de rede dual-port padrão 10 GbE -BASE-T em controladoras distintas, totalizando 4 (quatro) interfaces para garantir redundância (2+2), que suportem tecnologias de virtualização VMware NetQueue, Microsoft VMQ e SR-IOV (single root input/output virtualization), bem como tecnologia RSS (receive side scaling), TSS (transmit side scaling), LSO (large send offload), LRO (large receive offload), GSO (generic send offload), NVGRE (network virtualization using generic routing), VXLAN (virtual extensible LAN) e tecnologias de agregação, failover e balanceamento: SLB (smart load balancing) e LACP (link aggregation control protocol). Implementar os seguintes padrões: IEEE 802.3ae 10Gb Ethernet, IEEE 802.1q VLAN, IEEE 802.3ad Link Aggregation, IEEE 802.3x Flow Control, IPv4 (RFC 791), IPv6 (RFC 2460), IEEE 802.1Qbb e IEEE 802.1Qaz. Suportar quadros Ethernet 1500 bytes e maiores (jumbo frame).

MOTIVAÇÃO I

Na proposta apresentada pela empresa ZOOM, fora ofertada para o item HS05 a seguinte placa: SC332 OCP 3.0 Ethernet Adapter, 10GE (CX-4-LX) 2 Port SFP+.

Na diligência realizada por parte do TRT15, fora enviada o seguinte questionamento:

Para o requisito "R.HS05 - Deverá ter, no mínimo, 2 (duas) placas de rede dual-port padrão 10 GbE - BASE-T (...)" , não está claro como será atendida a exigência para uso com cabos de rede "par metálico - RJ-45" (BASE-T)."

A empresa ZOOM, respondeu:

Nesta placa de rede podemos usar transceivers/GBICs SFP+ para conexão de cabos de fibra (LC) ou transceivers/GBICs SFP+ para conexão de cabos de rede par metálico (RJ-45). Logo, forneceremos os transceivers/GBICs SFP+ com conexão RJ-45 (10G-BASE-T).

Entretanto, como prova de que não fora ofertada interfaces de conexão RJ-45 e sim SFP, na proposta da empresa ZOOM, constam os transceivers para conexão SFP.

Foram ofertados 4 unidades do transceiver part number: 3406Y006 – Optical Transceiver SFP+ 850 nm 10Gb/s para cada servidor.

Desta forma, fica comprovado que a empresa ofertou interfaces para conexão SFP e não RJ-45.

Ainda sobre a placa SC332, ao consultar as especificações técnicas da placa enviada pela própria ZOOM através do arquivo "SC332 OCP 3.0 NIC User Guide 01.pdf", não é possível identificar os seguintes protocolos exigidos:

TSS – (Transmit Side Scaling)
GSO – (Generic Send Offload)
SLB – (Smart Load Balancing)

Logo, as interfaces ofertadas na proposta da empresa ZOOM não atendem ao edital.

RAZÃO II

R.HS19

Deverá conter fontes de alimentação redundantes e "hot-swapping" ou "hotplugging", que suportem a configuração dos equipamentos ofertados operando em sua capacidade máxima. Em caso de falha de metade do número de fontes configuradas, o restante das fontes deverá manter de forma automática o funcionamento do servidor, bem como toda a configuração do equipamento sem perda das informações em processamento. As fontes de alimentação devem ser capazes de operar em 60 Hz, em tensões entre 118 e 231 VAC.

Para cada fonte fornecida, deve acompanhar 1 (um) cabo de força com plugues de 10 A, seguindo o padrão NBR 14.136 da ABNT; caso o equipamento ofertado exija uma PDU com conector ou amperagem diferente, a Contratada, adicionalmente, deverá, entregar e instalar nos racks do TRT-15, duas novas PDUs por servidor e os respectivos cabos, para cada fonte.

MOTIVAÇÃO II

A empresa ZOOM, ofertou em sua proposta fontes redundantes de 900 Watts, part number 03029UKS.

O equipamento 2288H V6, possui em seu catálogo como opcionais as seguintes fontes:

- 900 W AC Platinum/Titanium PSUs (input: 100 V to 240 V AC, or 192 V to 288 V DC)

- 1500 W AC Platinum PSUs

1000 W (input: 100 V to 127 V AC)

1500 W (input: 200 V to 240 V AC, or 192 V to 288 V DC)

- 1500 W 380 V HVDC PSUs (input: 260 V to 400 V DC)

- 1200 W 1200 W -48 V to -60 V DC PSUs (input: -38.4 V to -72 V DC)

- 3000 W AC Titanium PSUs

2500 W (input: 200 V to 220 V AC)

2900 W (input: 220 V to 230 V AC)

3000 W (input: 230 V to 240 V AC)

- 2000 W AC Platinum PSUs

1800 W (input: 200 V to 220 V AC, or 192 V to 200 V DC)

2000 W (input: 220 V to 240 V AC, or 200 V to 288 V DC)

Vejamos o que o edital solicita:

" que suportem a configuração dos equipamentos ofertados operando em sua capacidade máxima"

Ou seja, os equipamentos ofertados devem possuir fontes que suportem a configuração em sua capacidade máxima.

Logo, se a fonte de 900 W ofertada é a menor fonte disponível para o equipamento 2288H V6, certamente não suporta o equipamento em sua configuração na capacidade máxima.

De outra forma, fizemos algumas simulações, onde comprovam que nem com a configuração ofertada , não sendo considerada a configuração em sua capacidade máxima, a fonte de 900 W poderia atender.

O fabricante XFusion não disponibiliza de ferramenta para calculo de voltagem de seu equipamentos.

Por isto, utilizamos as ferramentas disponíveis de três outros concorrentes para tal comprovação:

1 – Utilizamos a ferramenta do fabricante HPE chamado – HPE POWER ADVISOR
<https://poweradvisorext.it.hpe.com/?Page=Index#>

Nele, configuramos o equipamento DL380G10 PLUS, o qual é equivalente ao 2288H V6, com as mesmas características e ou opcionais.

O equipamento DL380G10 PLUS, disponibiliza apenas 2 capacidades de fontes: 800 ou 1.600 Watts.

Comprovação: https://www.hpe.com/psnow/doc/a50002553enw.html?jumpid=in_pdp-psnow-qs

Após configurarmos, obtivemos o aviso da ferramenta que a configuração exigida no edital consome 940,24 Watts, logo para este equipamento deve ser utilizada a fonte de 1.600 Watts.

2 – Utilizamos a ferramenta do fabricante DELL chamado - Enterprise Infrastructure Planning Tool

<https://dell-ui-eipt.azurewebsites.net/#/>

Nele, configuramos o equipamento R750, o qual é equivalente ao 2288H V6, com as mesmas características e ou opcionais.

O equipamento DELL R750 oferece as seguintes opções de fontes:

- 800 W Platinum AC/240 mixed mode
- 1100 W Titanium AC/240 mixed mode
- 1400 W Platinum AC/240 mixed mode
- 2400 W Platinum AC/240 mixed mode

Comprovação: https://i.dell.com/sites/csdocuments/Product_Docs/en/poweredge-R750-spec-sheet.pdf

Após configurarmos o equipamentos com as características exigidas em edital, a ferramenta nem habilitou para que pudéssemos aplicar as fontes de 800 Watts, e sim habilitou no mínimo fontes de 1.400 Watts.

3 – Utilizamos a ferramenta do fabricante LENOVO chamado – LENOVO CAPACITY PLANNER
<https://lcp.lenovo.com/page/mainpage.html?param1=Portuguese¶m2=KG#>

Nele, configuramos o equipamento SR650 V2, o qual é equivalente ao 2288H V6, com as mesmas características e ou opcionais.

O equipamento DL380G10 PLUS, disponibiliza de fontes de 750, 1.100 e 1.800 Watts.

Comprovação: <https://lenovopress.lenovo.com/lp1392-thinksystem-sr650-v2-server#power-supplies>

Após configurarmos, obtivemos o aviso da ferramenta que a configuração, a ferramenta emitiu a seguinte mensagem:

“Se o servidor estiver executando uma carga de trabalho pesada sob condições de alta temperatura ambiente e ocorrer uma falha na PSU, poderá ocorrer limitação. A limitação não ocorrerá em condições nominais. Se desejar não ter limitação, mesmo quando ocorrer uma falha na PSU, reduza a configuração de hardware do servidor.”

Como para o envio deste recurso não é possível enviar anexos, então enviaremos os anexos extraídos das ferramentas que utilizamos, conforme citamos anteriormente, para tais comprovações.

https://itdigital-my.sharepoint.com/:f/g/personal/waldnei_silva_idtcorp_com_br/Eq3B26WdTU9AheTwdlpcmGIBaXqHD8IfnkBDkK5tUPjrw?e=EhN3Dx

Conclusão: Se as fontes dos equipamentos concorrentes que utilizam da mesma arquitetura do equipamento 2288H V6 , não suportam nem a configuração ofertada com suas fontes menores, quanto mais ao utilizar o equipamento em sua configuração máxima.

Logo, as fontes ofertadas não atendem ao edital.

RAZÃO III

HS34

Controladora RAID integrada deverá ser capaz de operar a 6 Gbps e a 12 Gbps (interface SAS - serial attached SCSI) com discos rígidos padrão SSD. Possuir canais suficientes para controlar a quantidade de discos solicitada no equipamento. Memória cache de, no mínimo, 2 GBytes equipada com sistema de proteção ou memory flash. Suportar RAID 0, 1, 5, 6 ,10, 50 e 60 via hardware. Suportar expansão de capacidade de forma on-line. Suportar implementação de disco Global Hotspare. Suportar migração de nível de RAID. Suportar tecnologia SMART (Self-Monitoring Analysis and Reporting Technology).

MOTIVAÇÃO III

Na proposta da empresa ZOOM, fora ofertada a controladora: RAID Controller 9460-8i – SAS/SATA 12Gbps. Entretanto a controladora 9460-8i, controla apenas 8 discos e não 16 conforme deveria ser, pois o equipamento possui 16 discos internos.

Deveria ter sido ofertada a controladora 9460-16i, conforme catálogo abaixo:
<https://docs.broadcom.com/doc/BC00-0448EN>

Logo, a controladora ofertada não atende ao edital.

Considerações Finais

Acreditamos nós que as razões apresentadas nesta peça recursal são incontestáveis para que o fato da proposta da empresa ZOOM ter sido aceita não permaneça. Destaca-se ainda que o julgamento de qualquer proposta para um processo licitatório deve se apoiar em fatores concretos, pedidos pela administração, em confronto com o ofertado pelos licitantes, dentro dos parâmetros fixados no Edital.

“O princípio do julgamento objetivo afasta a discricionariedade na escolha das propostas, obrigando a Comissão de Julgamento a se ater ao critério prefixado pela Administração, levando sempre em consideração o interesse do serviço público. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no Edital.” (Marçal Justen Filho - 2005)

Vale lembrar a jurisprudência sobre o tema do TCU, tal como:

Jurisprudência do TCU:

"A decisão subjetiva é rechaçada pelo ordenamento jurídico, que impõe o julgamento objetivo e a vinculação ao edital, em homenagem aos princípios constitucionais da isonomia, da impessoalidade e da moralidade.

O edital é a lei interna do processo de licitação, vinculando aos seus termos tanto a Administração Pública como os licitantes. Não seria aceitável que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e, no decorrer do processo ou na realização do julgamento, se afastasse do estabelecido.

Portanto, consoante com os princípios e com o artigo 41 da lei 8.666/93, a Comissão de Licitações deve realizar o julgamento da proposta da empresa ZOOM de forma objetiva e dentro das normas e requisitos do edital em tela, bem como também conforme as respostas aos questionamentos recebidos e respondidos.

"A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada." .

Como se observa, a legalidade e a vinculação ao ato convocatório são manifestações jurídicas de princípios inter-relacionados. A validade dos atos administrativos praticados no curso da licitação depende de sua compatibilidade não apenas com a Lei, mas também com os atos administrativos praticados nas etapas anteriores.

Portanto, a decisão desta respeitada Administração não pode perseverar, pois conforme demonstramos, a proposta da ZOOM não atendeu na íntegra as exigências do edital., requisitos estes que tanto a administração quanto as licitantes estão vinculados durante todo o procedimento licitatório. Manter tal decisão contraria as regras do edital bem como os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

Nesse sentido, dispõem os artigos 43, inciso IV e 48, inciso I, da Lei Federal 8.666/93:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos: (...)IV -verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis.

Lei 8.666/93 - Art.43: V - julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital;

Decreto 10.520: Art. 4º : X - para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;

Lei 8.666/93: - Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Lei 8.666/93

Art. 48. Serão desclassificadas:

I - as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação;

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

IV - verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;

V - julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital;

Decreto 10.024/2019

Conformidade das propostas

Art. 28. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

Erros ou falhas

Art. 47. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Neste sentido, permitir que o licitante/concorrente altere a substância da proposta quando ele altera a especificação do equipamento, fere o princípio da isonomia, legalidade e impessoalidade, pois mesmo considerando o princípio da economicidade, não é justificável que se permita que um concorrente altere o conteúdo de sua proposta para ajustar a um erro técnico onde deveria ter sua proposta desclassificada, desconstruindo a legislação.

Decreto 10.024/19

Art. 28. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

Lei 8.666/93 - Art.43

IV - verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;

TCU - A jurisprudência desta Corte (Acórdãos 539/2007-P e 934/2007-1C), apoiada na doutrina pátria, leciona que o exame realizado pelo pregoeiro na fase de verificação inicial das propostas (art. 22, § 2º, do Decreto 5.450/2005) deve ser sumário e sintético, dada a natureza dinâmica do pregão, sendo que 'não cabe disputa mais aprofundada nessa etapa' e que o pregoeiro deverá examinar a proposta e verificar se a descrição ali contida corresponde àquela adotada no edital'.

Já na fase de aceitação do pregão (art. 25, caput e §§ 1º a 4º, do Decreto 5.450/2005), é que deve ser perquirida com afinco a compatibilidade do preço da proposta em relação ao estimado para contratação e o atendimento pelo licitante das exigências habilitatórias dispostas no edital.

Caso a proposta não seja aceitável, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, nos termos do art. 25, § 5º, do Decreto 5.450/2005. Por outro lado, constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, conforme § 9º do mesmo dispositivo.

Após essa etapa, entendo que somente é cabível o retorno à fase de aceitação se verificada falhas relevantes que alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica.”[3]

E se o edital é a lei entre as partes na licitação, entendemos que deve se fazer aplica-la:

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

8.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MPDG nº 5/2017, que:

8.4.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.4.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.4.3. não apresente as especificações técnicas quando exigidas pelo Termo de Referência

8.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

22.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

DO PEDIDO

Em face dos argumentos ora apresentados, enfatizando a obrigatoriedade de atendimento aos princípios administrativos basilares de toda e qualquer licitação, e ainda, com base na demonstração do equívoco e que a proposta enviada não atende os requisitos técnicos, requer a IDT CORP:

a) Que a proposta ZOOM TECNOLOGIA seja desclassificada

b) Que a proposta da próxima licitante seja convocada, o certame seja retomado, seguindo as demais fases

c) Que caso a Comissão não entenda assim, que o processo seja encaminhado a Autoridade Superior para apreciação.

Confia a IDT CORP Comércio e Tecnologia da Informação LTDA no senso de justiça dessa Comissão de Licitação, na capacitação técnica da equipe que a assessora, para o restabelecimento da verdade dos fatos.

Nestes Termos

Pede e Espera Deferimento

São Paulo, 21 de setembro de 2022.

IDT CORP Comércio e Tecnologia da Informação Ltda

Waldnei Dias Silva

Diretor Sócio

Fechar

➤ Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

Ao

Ilustríssimo Sr. Pregoeiro e Equipe de Apoio

Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região

Coordenadoria de Licitações

Ref.: EDITAL DO PROAD Nº 2415/2021-1

OBJETO: Fornecimento de servidores de rede do tipo rack para suprir os requisitos de recursos computacionais informados pela Coordenadoria de Infraestrutura de TIC – CITIC, com suporte e serviços associados de prestação de assistência técnica em garantia para toda a solução, incluindo componentes e acessório e serviços de instalação física e ativação dos equipamentos que deverão ser executados por técnicos do fabricante ou pela contratada, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I e na Minuta de Contrato – Anexo III, partes integrantes deste edital.

PERFIL COMPUTACIONAL LTDA., representante oficial dos equipamentos DELL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.543.216/0011-09, situada na AV ACESSO RODOVIÁRIO, S/N, QUADRA06 LM 01 QUADRA01 L-M18 A M23 SALA 107, TERMINAL INTERMODAL DA SERRA, Serra - ES, CEP: 29.161-376, na qualidade de licitante neste certame, vem, tempestivamente, nos termos do item 11 do instrumento convocatório em referência, por seu representante abaixo assinado apresentar as suas:

RAZÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO E PROCESSO LICITATÓRIO

A PERFIL COMPUTACIONAL LTDA., participante do Pregão em epígrafe, por seu representante, diante da classificação da licitante SK TECNOLOGIA LTDA., neste Pregão Eletrônico, vem, respeitosamente, com base no art. 4º Inciso XVIII da Lei 10.520/02 (Lei do Pregão), à mesma interpor RECURSO ADMINISTRATIVO, pelas razões de fato e de direito que seguem.

Durante a sessão eletrônica, ao verificar a oferta dos licitantes e após disponibilizada consulta aos anexos dos vencedores, identificamos a não conformidade com as especificações contidas no Termo de Referência e demais requisitos editalícios da empresa vencedora do Item 2 (Servidor), SK TECNOLOGIA LTDA., das quais relatamos a seguir:

DA VIOLAÇÃO AO ESCOPO TÉCNICO DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Item: 2 – Servidor do Tipo 2

1. AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESCUMPRIDAS PELA PROPOSTA DA LICITANTE SK TECNOLOGIA LTDA.

Após análise técnica das propostas, identificamos o não atendimento dos requisitos técnicos e editalícios da empresa SK TECNOLOGIA LTDA, logo em sua Descrição Detalhada do Objeto Ofertado, conforme breve resumo abaixo:

"Servidor HPE DL360 Gen10+ cada um com 2 processadores Gold 5318Y <https://spec.org/cpu2017/results/res2021q3/cpu2017-20210705-27763.html> 2 Tb de memória Ram Controladora Raid com bateria e 2 Gb de Cache 3 x 1.92 TB SSD RI 1 porta de rede para gerenciamento Ilo Advanced 2 placas com 2 portas 10 Gb base T 2 placas FC com 2 portas 16 GB 2 fontes redundantes 800W Serviço de instalação Física Garantia: 5 anos de substituição de peças, 5 anos de serviço, 5 anos de atendimento Onsite atendimento 24x7 com 6 horas de solução prestados pela HPE E demais itens solicitados no edital Catalogo : <https://www.hpe.com/psnow/doc/a50002559enw>"

Vemos que a licitante SK TECNOLOGIA LTDA oferta servidores HPE DL360 Gen10+ com 2 fontes redundantes 800W.

Já em sua "proposta_final.pdf", anexada após declarada Vencedora, a licitante informa em sua descrição detalhada do item 2 a utilização de 2x fontes de 500W "HPE 500W FS Plat Ht Plg LH Pwr Sply Kit" nessa composição.

Em diligência realizada por esta Administração durante a Análise Técnica das propostas vencedores, é questionado à empresa SK Tecnologia Ltda a validação de qual modelo a ser ofertado:

A) "O documento proposta_final.pdf, em seu item 2. Proposta Comercial, apresenta uma tabela com os Part Numbers (PN) dos componentes para o equipamento ofertado para o item 2 do certame. Entre eles há o 865408-B21, que corresponde ao item HPE 500W FS Plat Ht Plg LH Pwr Sply Kit, que é a fonte de alimentação do equipamento. No entanto, na descrição do equipamento, abaixo desta tabela, está escrito: 2 fontes redundantes 800W. Para que a equipe técnica possa seguir em sua análise sobre o atendimento aos requisitos, peço que analise a possibilidade de se diligenciar junto à arrematante para que esclareça qual será o modelo das fontes que pretende-se fornecer nos equipamentos"

RESPOSTA DA ARREMATANTE SK TECNOLOGIA: "Favor considerar 2 fontes de 800W conforme descrito."

Veja que por meio desta Administração, ainda para sanar pequenas divergências, é dado a oportunidade da licitante em apresentar o modelo correto das fontes para atendimento deste item.

Porém, detalhamos abaixo que mesmo com essa oportunidade, a licitante SK TECNOLOGIA não atende ao Edital, conforme os pontos a seguir:

No item R.HS19 - Aplicável a todos os Itens do ANEXO I AO EDITAL – TERMO DE REFERÊNCIA é solicitado:

"Deverá conter fontes de alimentação redundantes e "hot-swapping" ou "hotplugging", que suportem a configuração dos equipamentos ofertados operando em sua capacidade máxima. Em caso de falha de metade do número de fontes configuradas, o restante das fontes deverá manter de forma automática o funcionamento do servidor, bem como toda a configuração do equipamento sem perda das informações em processamento. As fontes de alimentação devem ser capazes de operar em 60 Hz, em tensões entre 118 e 231 VAC. Para cada fonte fornecida, deve acompanhar 1 (um) cabo de força com plugues de 10 A, seguindo o padrão NBR 14.136 da ABNT; caso o equipamento ofertado exija uma PDU com conector ou amperagem diferente, a Contratada, adicionalmente, deverá, entregar e instalar nos racks do TRT-15, duas novas PDUs por servidor e os respectivos cabos, para cada fonte. (Grifo nosso)

Ao especificar as características destes Servidores, o TRT-15 foi bem detalhado e sucinto em indicar que as Fontes Redundantes a serem ofertadas deverão suportar o equipamento solicitado em sua configuração plena de modo que uma das fontes, em caso de falha, suporte a operação do mesmo sem perda das informações. Desta forma, quanto o licitante deverá configurar sua oferta/equipamento, é necessário garantir que a configuração ofertada irá ter o suporte da tecnologia de redundância em sua eficiência energética.

No catálogo "QuickSpecs HPE ProLiant DL360 Gen10 Plus server", indicado na Proposta da Licitante SK Tecnologia pelo link <https://www.hpe.com/psnow/doc/a50002559enw> é indicado a utilização da ferramenta HPE POWER ADVISOR, acessado pelo link <http://www.hpe.com/info/hppoweradvisor> que é possível verificar os requerimentos energéticos do sistema escolhido para validar a escolha correta das possíveis Fontes para o servidor em questão.

O mesmo ainda é "Altamente Recomendado" pelo fabricante HPE a utilização da ferramenta HPE Power Advisor para determinar o tamanho correto da fonte para a configuração de seu servidor, conforme transcrição abaixo:

"- Prior to making a power supply selection it is highly recommended that the HPE Power Advisor is run to determine the right size power supply for your server configuration. The HPE Power Advisor is located at: <http://www.hpe.com/info/hppoweradvisor>."

Acessando o link <https://poweradvisorex.it.hpe.com/?Page=Index> é possível acessar a ferramenta diretamente, e no mesmo, montar a configuração desejada para calcular o consumo energético:

Iniciando a ferramenta, deve-se optar pela voltagem de entrada de 220VAC, visto que em um dos esclarecimentos efetuados ao TRT-15 (Questionamento 10) para solicitar o uso de fontes com tensões de 200 a 230/240 VAC, foi respondido que "Serão aceitos equipamentos cujas fontes de alimentação sejam capazes de operar em 60 Hz, em tensões entre 209 e 231 VAC."

No Menu à esquerda, clique em + HPE ProLiant Servers > HPE ML/DL300 Series > HPE ProLiant DL360 Gen10 Plus. Na caixa de seleção do Componente Selecionado, escolher o Chassis CTO "HPE ProLiant DL360 Gen10 Plus 8SFF NC CTO Svr (P28948-B21)", sendo esse o modelo indicado pela Licitante em vossa proposta.

Após a seleção, é possível indicar a configuração detalhada do servidor escolhido e, para isso, simplesmente utilizar a relação de PN e modelos dos componentes do servidor DL360 apresentado na proposta da licitante SK Tecnologia, chegando na configuração final desejada, conforme abaixo:

Utilizando toda a configuração indicada, se faz também necessário clicar na Caixa de seleção "Include Fan Max Power" e na "Turbo Mode". Desta forma, a configuração montada é apresentada em sua máxima capacidade energética/operacional, e sendo utilizado 100% da velocidade dos FANs (ventiladores) e então, desta forma, apresentando a Utilização Energética do sistema de 854.51 Watts. (Acima da carga nominal suportada pelas fontes de 800 Watts indicadas pela licitante SK Tecnologia.)

Com essa configuração, é apresentado a Nota informando que sua configuração atual não é energeticamente redundante. Solicitando para realizar o upgrade das fontes (fontes de maior capacidade) para suportar a redundância.

"Note : Your configuration is not currently Power Redundant. Upgrade Power Supply for Redundancy"

Como demonstramos durante todo o decorrer do item 1 deste recurso administrativo, fica notório através do uso da ferramenta do próprio Fabricante HPE, altamente recomendado pelo mesmo, de que a configuração ofertada

pela licitante SK TECNOLOGIA LTDA. não atende ao solicitado pelo TRT-15 neste Edital, visto que acarretará o desligamento do servidor na falha de uma das fontes de 800 Watts com a configuração solicitada pelo TRT-15 e com isso a perda de informações, expressamente indicado no item R.HS19 acima mencionado.

A Recorrida, por todos esses fatos, merece a DESCLASSIFICAÇÃO.

2. O NÃO ATENDIMENTO DOS TERMOS DE GARANTIA PELA PROPOSTA DA LICITANTE ZOOM TECNOLOGIA LTDA

Após análise técnica das propostas, identificamos o não atendimento dos requisitos técnicos e editalícios da empresa ZOOM TECNOLOGIA LTDA, conforme breve resumo abaixo:

No item R.GM01 – (1.2.7. Requisitos de Garantia e Manutenção) do ANEXO I AO EDITAL – TERMO DE REFERÊNCIA é solicitado:

"Garantia integral dos produtos contratados deverá ser de 60 meses contados a partir da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo. Deverá ser prestada pelo fabricante, com possibilidade de abertura de chamados técnicos na contratada e no fabricante. É comum no mercado a oferta de garantia de 60 meses para servidor de rede corporativo, que é o objeto deste processo." (Grifo nosso)

O mesmo item foi motivo de diligência realizada por esta Administração, conforme questionamento e resposta da Licitante ZOOM abaixo:

"3) Sobre o requisito: "R.GM01 - Garantia integral dos produtos contratados deverá ser de 60 meses contados a partir da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo. Deverá ser prestada pelo fabricante, com possibilidade de abertura de chamados técnicos na contratada e no fabricante. É comum no mercado a oferta de garantia de 60 meses para servidor de rede corporativo, que é o objeto deste processo". Na documentação apresentada pela arrematante há o documento: xFusion Declaration to ZOOM for TRT15.pdf, no qual a empresa xFusion Technologies International Co., Limited declara que: "A Zoom possui técnicos capacitados e certificados pelo fabricante (certificação específica do equipamento oferecido) para suporte de instalação, treinamento, implantação, abertura de chamados e fornecer assistência técnica. O suporte técnico, a abertura de chamados e a assistência técnica serão fornecidos pela ZOOM com nossa autorização e suporte". A equipe técnica ficou em dúvida sobre como o fabricante prestará a garantia integral dos produtos e como se atende a "... possibilidade de abertura de chamados técnicos na contratada e no fabricante" (grifo nosso).

Esclarecimento: A ZOOM é a representante oficial da xFusion no Brasil. O fornecimento de serviço oficial do fabricante, se dará através de sua representação no país, que é através da ZOOM. A abertura dos chamados, assim como tratativas e eventuais substituição de peças, se dará pela ZOOM com todo o controle de processos pelo fabricante xFusion. Assim entendemos que a garantia será prestada pelo fabricante, através de seu canal oficial no Brasil, que é a ZOOM Tecnologia. Porém, caso o TRT15 deseje solicitar um destes serviços diretamente à xFusion, ele poderá fazê-lo pelo e-mail: LAsupport@xfusion.com."

Em simples análise ao documento "xFusion Declaration to ZOOM for TRT15.pdf", fica notório que o mesmo fere diversos fundamentos das Legislação pertinente à esta Licitação, conforme listamos abaixo alguns pontos críticos:

1. A Declaração não apresenta dados detalhados do fabricante (que não possui nenhuma representação direta local no Brasil), nem sequer de seu representante legal que fora autor da "assinatura" apresentada em seu encerramento;
2. O documento apresentado não pode ser validado de sua autenticidade por meio de uma Assinatura Digital;
3. O documento apresentado não possui uma Tradução Juramentada, requisito padrão para documentos desta modalidade (Credenciamento, Procurações, Declarações expressando poderes, representatividade, etc.);
4. O documento apresentado deixa claro que esta declaração não cria relação de responsabilidade solidária entre a xFusion e ZOOM, eximindo a fabricante de quaisquer responsabilidades;
5. O Documento transmite fragilidade ao tratar a questão da garantia dos equipamentos, SLA e atendimento direto ao fabricante, visto que não qualquer forma de contato direto com o mesmo;

De tão simples e restrito de mais detalhes comuns em Declarações de outros fabricantes, conforme apresentado pelos demais licitantes, esta declaração é no mínimo duvidosa de sua veracidade e valor legal representativo no Brasil.

No item R.GM03 – (1.2.7. Requisitos de Garantia e Manutenção) do ANEXO I AO EDITAL – TERMO DE REFERÊNCIA é solicitado:

"A contratada deverá garantir assistência técnica da solução, seja por meio da rede mantida pelo próprio fabricante ou por meio de rede por ele credenciada, sendo, em todo caso, capaz de prestar atendimento na cidade de Campinas/SP. Em hipótese alguma a garantia poderá ser afetada pelo não cumprimento de cláusulas contratuais pela contratada, ou pelo uso de mão de obra não autorizada pelo fabricante." (Grifo nosso)

O mesmo item também foi motivo de diligência realizada por esta Administração, conforme questionamento e resposta da Licitante ZOOM abaixo:

"4) Sobre o requisito: "R.GM03 - A contratada deverá garantir assistência técnica da solução, seja por meio da rede mantida pelo próprio fabricante ou por meio de rede por ele credenciada, sendo, em todo caso, capaz de prestar atendimento na cidade de Campinas/SP. Em hipótese alguma a garantia poderá ser afetada pelo não cumprimento de cláusulas contratuais pela contratada, ou pelo uso de mão de obra não autorizada pelo fabricante". A equipe técnica ficou em dúvida sobre o atendimento a este requisito, pois a documentação analisada deixou dúvidas sobre a existência de rede mantida ou credenciada pelo fabricante para garantir assistência técnica da solução". Portanto, solicita-se esclarecimentos.

Esclarecimento: Conforme declaração do fabricante (xFusion Declaration to ZOOM for TRT15.pdf), a empresa ZOOM TECNOLOGIA LTDA "está autorizada a fabricar, comercializar e fornecer assistência aos produtos rack server (FusionServer 2288H V6) e FusionDirector ofertados em sua proposta". Ademais, no item 3 da referida declaração, o fabricante declara que "a ZOOM possui técnicos capacitados e certificados pelo fabricante (certificação específica do equipamento oferecido) para suporte de instalação, treinamento, implantação, abertura de chamados e fornecer assistência técnica", além de que "o suporte técnico, a abertura de chamados e a assistência técnica serão fornecidos pela ZOOM" com autorização e suporte do fabricante. Em relação à troca de peças, no item 4 da mesma declaração, o fabricante afirma que "a ZOOM possui autorização para comercialização de peças de reposição, consumíveis e demais itens necessários a prestação de serviços de garantia do objeto deste Edital". Além disso, o nível de especialização e capacitação dos técnicos e analistas da Zoom é reforçado no item 6 da declaração, onde o fabricante cita que a empresa "possui acesso para suporte de 2º (segundo) e 3º (terceiro) níveis, bem como aos microcódigos dos equipamentos, de forma a realizar os serviços de instalação e manutenção (durante o período de garantia), sem ônus adicionais". Informamos também que a ZOOM TECNOLOGIA utiliza estrutura técnica e peças em diversas localidades no Brasil, que cobre os SLAs necessários de seus contratos e equipamentos fornecidos. Ou seja, não restam dúvidas de que a Zoom está autorizada e possui o apoio direto do fabricante e estrutura para atuar como rede credenciada pelo fabricante para garantir assistência técnica da solução."

Analisando o documento "20220127172057-0001.pdf" nomeado de "MEMORANDUM OS UNDERSTANDING" anexado pela licitante ZOOM Tecnologia, dá para se atentar em pontos frágeis dessa "Parceria", já demonstrada logo em sua primeira página onde apresenta o período válido desta entre os dias 01 de Dezembro de 2021 à 31 de Dezembro de 2023, além de ser um documento Confidencial e que acredito não poder ter sido compartilhado pela licitante ZOOM sem o conhecimento e consentimento da xFusion. Salientando que essa parceria existe à menos de 1 ano e já com prazo de encerramento ao final de 2023.

É relatado no documento as obrigações a serem cumpridas pela ZOOM, como requisitos para Suporte Remoto, Suporte Onsite, Depósitos e Gerenciamento de peças de reposição nas principais cidades etc., porém não garantem ou há comprovação do cumprimento destas obrigações para validar a parceria.

Dentre os termos apresentados no mesmo, é também indicado que esta parceria poderá ser finalizada por diversos fatores, como por exemplo a falha, recusa negligenciamento e/ou omissão para seguir, cumprir com os padrões de serviço e requerimentos designados pela xFusion.

Além das fragilidades apontadas, o documento também não apresenta a assinatura do Licitante ZOOM no mesmo, e também não trás as traduções Juramentadas para validar seu conteúdo de forma Legal, se ainda assim o mesmo for permitido, em comum acordo, de sua publicidade. Conforme a cláusula de Confidencialidade.

Perante todas as deficiências, Fragilidades e falta de valor legal das documentações apresentadas pela licitante ZOOM, os riscos de não cumprimento das cláusulas contratuais pela contratada é extremamente representativo.

No item 9.11. Qualificação Técnica – do EDITAL é solicitado:

9.11.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.11.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

a) Apresentação de atestado(s) de Capacidade Técnica que comprove(m) a aptidão técnica da empresa licitante para fornecer, no mínimo, 50% dos quantitativos dos bens deste Edital, similares em características e prazos com o objeto da licitação deste Edital, compatíveis em características e prazos com o objeto da licitação.

Vale destacar que, apesar da licitante ZOOM ter apresentado diversos Atestados de Capacidade Técnica, em nenhum deles é reportado o uso de equipamentos da marca xFusion. O que corrobora com a fragilidade desta parceria e capacidade de execução do cumprimento das cláusulas contratuais deste edital.

Como demonstramos durante todo o decorrer do item 2 deste recurso administrativo, fica notório que a licitante ZOOM não atende ao solicitado pelo TRT-15 neste Edital, visto que consegue comprovar sua habilitação técnica e operacional, expressamente indicado no item 9.18 deste Instrumento Convocatório.

A Recorrida, por todos esses fatos, merece a DESCLASSIFICAÇÃO.

3.

Diante do exposto, requer-se que seja conhecido o presente recurso e, ao final, julgado provido, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, desclassificar as propostas apresentadas pela licitante SK TECNOLOGIA LTDA e ZOOM TECNOLOGIA LTDA, que devem ser desconsideradas pois, além das ocorrências que foram apresentadas, não atendem as Especificações Técnicas do Edital em consonância com os princípios acima, notadamente, por questões de inteira justiça.

Nestes termos, pede deferimento.

Serra, 21 de setembro de 2022

Perfil Computacional Ltda.

Fechar

PE 47/2022 | EDITAL DO PROAD Nº 2415/2021-1 | RECURSO ADMINISTRATIVO - acramos@trt15.jus.br - E-mail de Tribunal Regional do Trabalho - 15ª Região - Google Chrome

mail.google.com/mail/u/0/?ui=2&view=bt&ver=7hr5lbp0ez78&cat=-+Licita+Recebidos+2&qid=EB436AE3-0488-48AA-9063-969E7A018608&search=cat&th=%23thread-f:1744613485246384629%7Cmsg-f:1744613485246384629&cvid=2

PE 47/2022 | EDITAL DO PROAD Nº 2415/2021-1 | RECURSO ADMINISTRATIVO

- Licita Recebidos 2

L

'Nicolas Dalzochio' via E-Mail Externo Para A Assessoria de Licitacoes - Grupos Diversos

para Licitações, Vinicius, Rodrigo

qua., 21 de set. 17:44 (há 6 dias)

PERFIL COMPUTACIONAL LTDA., representante oficial dos equipamentos DELL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.543.216/0011-09, situada na AV ACESSO RODOVIARIO, S/N, QUADRA06 LM 01 QUADRA01 L-M18 A M23 SALA 107, TERMINAL INTERMODAL DA SERRA, Serra - ES, CEP: 29.161-376, na qualidade de licitante neste certame, vem, tempestivamente, nos termos do item 11 do instrumento convocatório em referência, por seu representante vem oferecer recurso administrativo conforme documentação em anexo.

Estamos compartilhando por e-mail, visto nosso recurso possuir imagens.

Ciente de vossa compreensão, aguardamos confirmação de recebimento deste.

Dúvidas, fico à disposição

Atenciosamente,

Nicolas Dalzochio | Inside Sales Representative | 54.2628-8326 | 54.9.9245.8778 | www.perfil.inf.br

Perfilcomp

DELL Technologies

VIVAVARO

INTEC

You received this message because you are subscribed to the Google Groups "E-Mail Externo Para A Assessoria de Licitacoes - Grupos Diversos" group.

To view this discussion on the web visit https://groups.google.com/a/trt15.jus.br/d/msgid/licita/CP0P152MB3266AEB522C9FD96DE10F0F5A54F9%40CP0P152MB3266_LAMP152_PROD_OUTLOOK.COM

3 anexos • Anexos verificados pelo Gmail

Perfilcomp

Recurso TRT-15 ...

xFusion

xFusion Declarati...

MEMORANDUM OF UNDERSTANDING

20220127172057~...

Responder

Responder a todos

Encaminhar

Ao

Ilustríssimo Sr. Pregoeiro e Equipe de Apoio

Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região

Coordenadoria de Licitações

Ref.: EDITAL DO PROAD Nº 2415/2021-1

OBJETO: Fornecimento de servidores de rede do tipo rack para suprir os requisitos de recursos computacionais informados pela Coordenadoria de Infraestrutura de TIC – CITIC, com suporte e serviços associados de prestação de assistência técnica em garantia para toda a solução, incluindo componentes e acessório e serviços de instalação física e ativação dos equipamentos que deverão ser executados por técnicos do fabricante ou pela contratada, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I e na Minuta de Contrato – Anexo III, partes integrantes deste edital.

PERFIL COMPUTACIONAL LTDA., representante oficial dos equipamentos DELL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.543.216/0011-09, situada na AV ACESSO RODOVIARIO, S/N, QUADRA06 LM 01 QUADRA01 L-M18 A M23 SALA 107, TERMINAL INTERMODAL DA SERRA, Serra - ES, CEP: 29.161-376, na qualidade de licitante neste certame, vem, tempestivamente, nos termos do item 11 do instrumento convocatório em referência, por seu representante abaixo assinado apresentar as suas:

RAZÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO E PROCESSO LICITATÓRIO

A PERFIL COMPUTACIONAL LTDA., participante do Pregão em epígrafe, por seu representante, diante da classificação da licitante SK TECNOLOGIA LTDA., neste Pregão Eletrônico, vem, respeitosamente, com base no art. 4º Inciso XVIII da Lei 10.520/02 (Lei do Pregão), à mesma interpor RECURSO ADMINISTRATIVO, pelas razões de fato e de direito que seguem.

Durante a sessão eletrônica, ao verificar a oferta dos licitantes e após disponibilizada consulta aos anexos dos vencedores, identificamos a não conformidade com as especificações contidas no Termo de Referência e demais requisitos editalícios da empresa vencedora do Item 2 (Servidor), **SK TECNOLOGIA LTDA.**, das quais relatamos a seguir:

DA VIOLAÇÃO AO ESCOPO TÉCNICO DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Item: 2 – Servidor do Tipo 2

1. AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESCUMPRIDAS PELA PROPOSTA DA LICITANTE SK TECNOLOGIA LTDA.

Após análise técnica das propostas, identificamos o não atendimento dos requisitos técnicos e editalícios da empresa **SK TECNOLOGIA LTDA.**, logo em sua Descrição Detalhada do Objeto Ofertado, conforme breve resumo abaixo:

“Servidor HPE DL360 Gen10+ cada um com 2 processadores Gold 5318Y <https://spec.org/cpu2017/results/res2021q3/cpu2017-20210705-27763.html> 2 Tb de memoria Ram Controladora Raid com bateria e 2 Gb de Cache 3 x 1.92 TB SSD RI 1 porta de rede para gerenciamento

Ilo Advanced 2 placas com 2 portas 10 Gb base T 2 placas FC com 2 portas 16 GB 2 fontes redundantes 800W Serviço de instalação Física Garantia: 5 anos de substituição de peças, 5 anos de serviço, 5 anos de atendimento Onsite atendimento 24x7 com 6 horas de solução prestados pela HPE E demais itens solicitados no edital Catalogo : <https://www.hpe.com/psnow/doc/a50002559enw>

Vemos que a licitante **SK TECNOLOGIA LTDA** oferta servidores HPE DL360 Gen10+ **com 2 fontes redundantes 800W**.

Já em sua “proposta_final.pdf”, anexada após declarada Vencedora, a licitante informa em sua descrição detalhada do item 2 a utilização de 2x fontes de 500W “HPE 500W FS Plat Ht Plg LH Pwr Sply Kit” nessa composição.

Em diligência realizada por esta Administração durante a Análise Técnica das propostas vencedoras, é questionado à empresa SK Tecnologia Ltda a validação de qual modelo a ser ofertado:

A) “O documento proposta_final.pdf, em seu item 2. Proposta Comercial, apresenta uma tabela com os Part Numbers (PN) dos componentes para o equipamento ofertado para o item 2 do certame. Entre eles há o 865408-B21, que corresponde ao item HPE 500W FS Plat Ht Plg LH Pwr Sply Kit, que é a fonte de alimentação do equipamento. No entanto, na descrição do equipamento, abaixo desta tabela, está escrito: 2 fontes redundantes 800W. Para que a equipe técnica possa seguir em sua análise sobre o atendimento aos requisitos, peço que analise a possibilidade de se diligenciar junto à arrematante para que esclareça qual será o modelo das fontes que pretende-se fornecer nos equipamentos”

RESPOSTA DA ARREMATANTE SK TECNOLOGIA: “Favor considerar 2 fontes de 800W conforme descrito.”

Veja que por meio desta Administração, ainda para sanar pequenas divergências, é dado a oportunidade da licitante em apresentar o modelo correto das fontes para atendimento deste item.

Porém, detalhamos abaixo que mesmo com essa oportunidade, a licitante SK TECNOLOGIA não atende ao Edital, conforme os pontos a seguir:

No item R.HS19 - Aplicável a todos os Itens do ANEXO I AO EDITAL – TERMO DE REFERÊNCIA é solicitado:

“Deverá conter fontes de alimentação redundantes e “hot-swapping” ou “hotplugging”, que suportem a configuração dos equipamentos ofertados operando em sua capacidade máxima. Em caso de falha de metade do número de fontes configuradas, o restante das fontes deverá manter de forma automática o funcionamento do servidor, bem como toda a configuração do equipamento sem perda das informações em processamento. As fontes de alimentação devem ser capazes de operar em 60 Hz, em tensões entre 118 e 231 VAC. Para cada fonte fornecida, deve acompanhar 1 (um) cabo de força com plugues de 10 A, seguindo o padrão NBR 14.136 da ABNT; caso o equipamento ofertado exija uma PDU com conector ou amperagem diferente, a Contratada, adicionalmente, deverá, entregar e instalar nos racks do TRT-15, duas novas PDUs por servidor e os respectivos cabos, para cada fonte. **(Grifo nosso)**

Ao especificar as características destes Servidores, o TRT-15 foi bem detalhado e sucinto em indicar que as Fontes Redundantes a serem ofertadas deverão suportar o equipamento solicitado em sua

configuração plena de modo que uma das fontes, em caso de falha, suporte a operação do mesmo sem perda das informações.

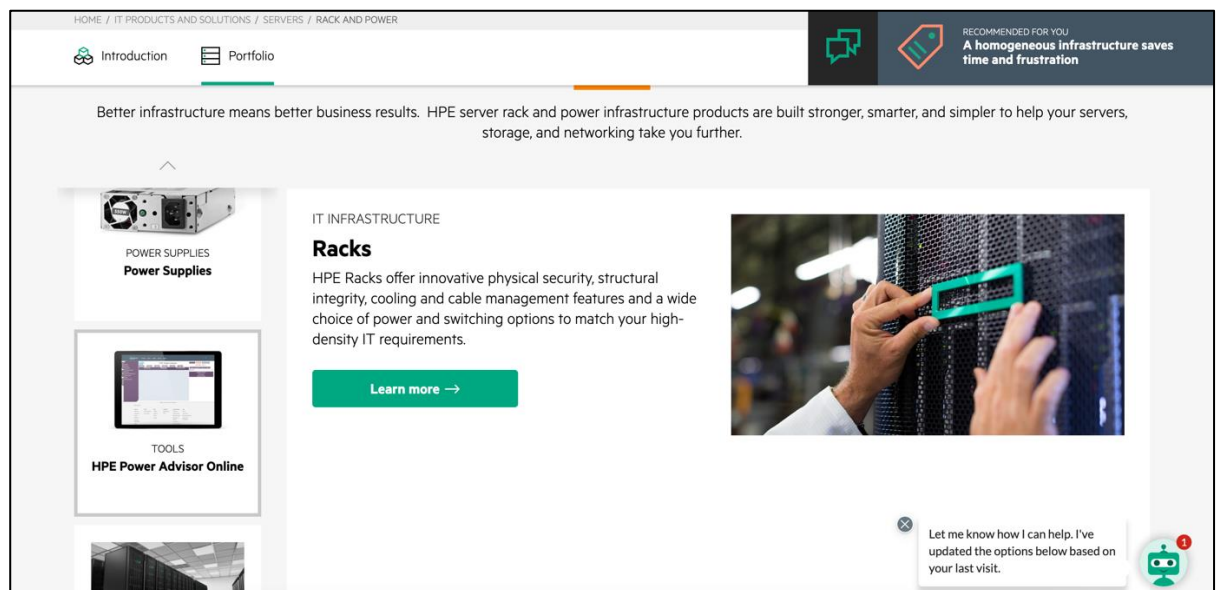
Desta forma, quanto o licitante deverá configurar sua oferta/equipamento, é necessário garantir que a configuração ofertada irá ter o suporte da tecnologia de redundância em sua eficiência energética.

No catálogo “**QuickSpecs HPE ProLiant DL360 Gen10 Plus server**”, indicado na Proposta da licitante SK Tecnologia pelo link <https://www.hpe.com/psnow/doc/a50002559enw> é indicado a utilização da ferramenta **HPE POWER ADVISOR**, acessado pelo link <http://www.hpe.com/info/hppoweradvisor> que é possível verificar os requerimentos energéticos do sistema escolhido para validar a escolha correta das possíveis Fontes para o servidor em questão.

O mesmo ainda é “Altamente Recomendado” pelo fabricante HPE a utilização da ferramenta **HPE Power Advisor** para determinar o tamanho correto da fonte para a configuração de seu servidor, conforme transcrição abaixo:

“- Prior to making a power supply selection it is highly recommended that the HPE Power Advisor is run to determine the right size power supply for your server configuration. The HPE Power Advisor is located at: <http://www.hpe.com/info/hppoweradvisor>.”

Acessando o link <https://poweradvisorexternal.hpe.com/?Page=Index> é possível acessar a ferramenta diretamente, e no mesmo, montar a configuração desejada para calcular o consumo energético:




HOME / IT PRODUCTS AND SOLUTIONS / SERVERS / RACK AND POWER


Introduction Portfolio

RECOMMENDED FOR YOU
A homogeneous infrastructure saves time and frustration

Better infrastructure means better business results. HPE server rack and power infrastructure products are built stronger, smarter, and simpler to help your servers, storage, and networking take you further.



POWER SUPPLIES
Power Supplies



TOOLS
HPE Power Advisor Online


TOOLS

HPE Power Advisor Online

Intelligent tools to help you imagine, select, and configure your complex data center infrastructure.

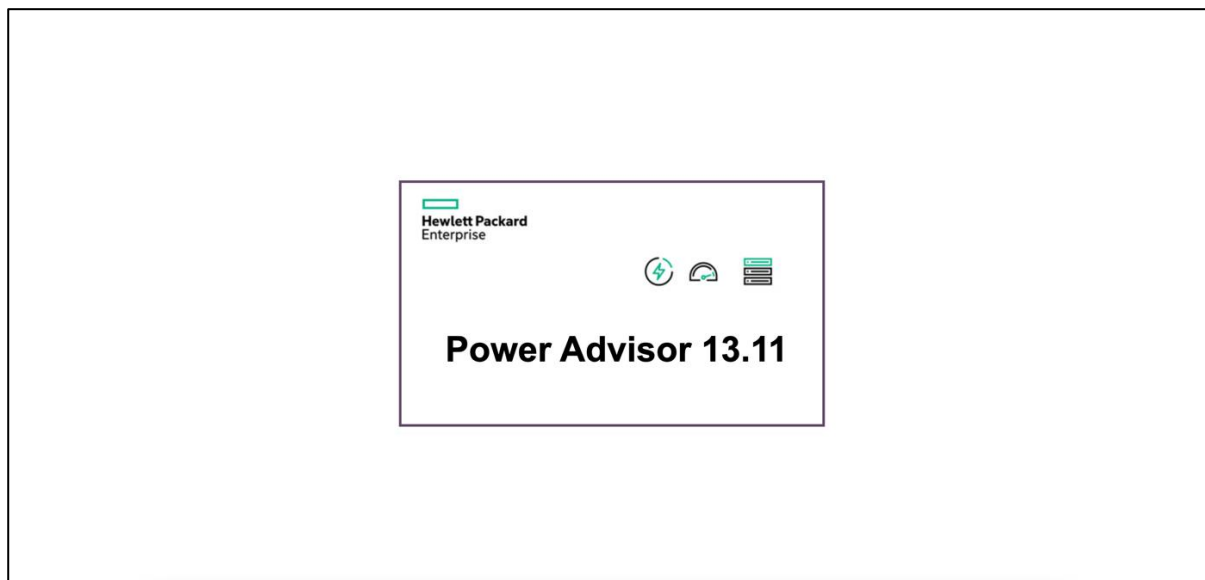
Learn more →

See power management options →

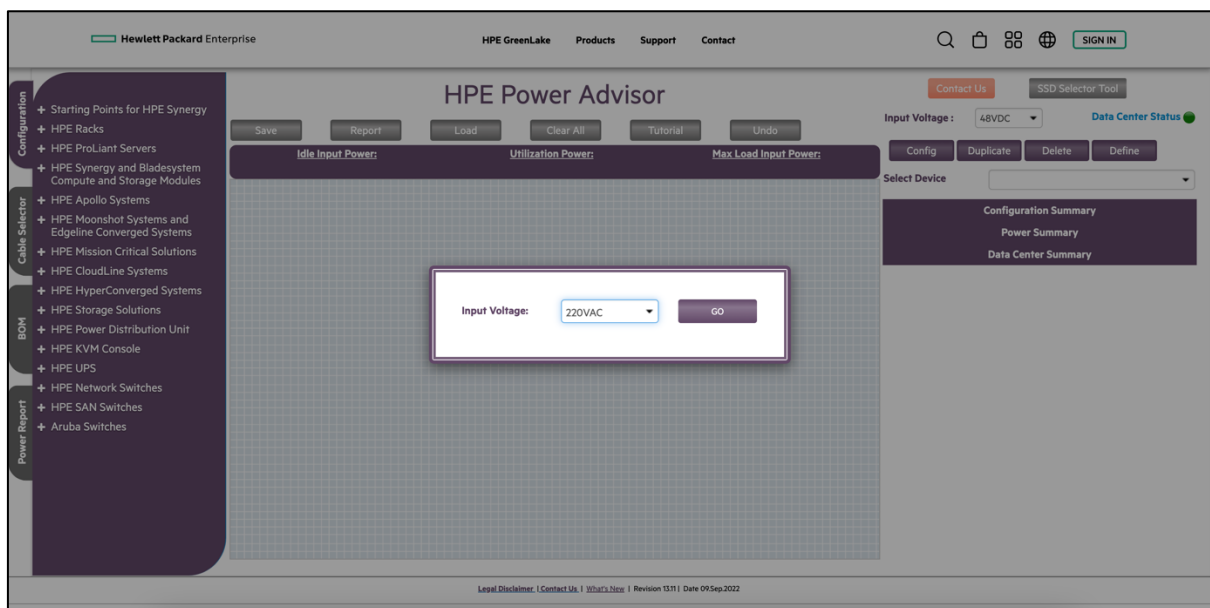


Let me know how I can help. I've updated the options below based on your last visit.

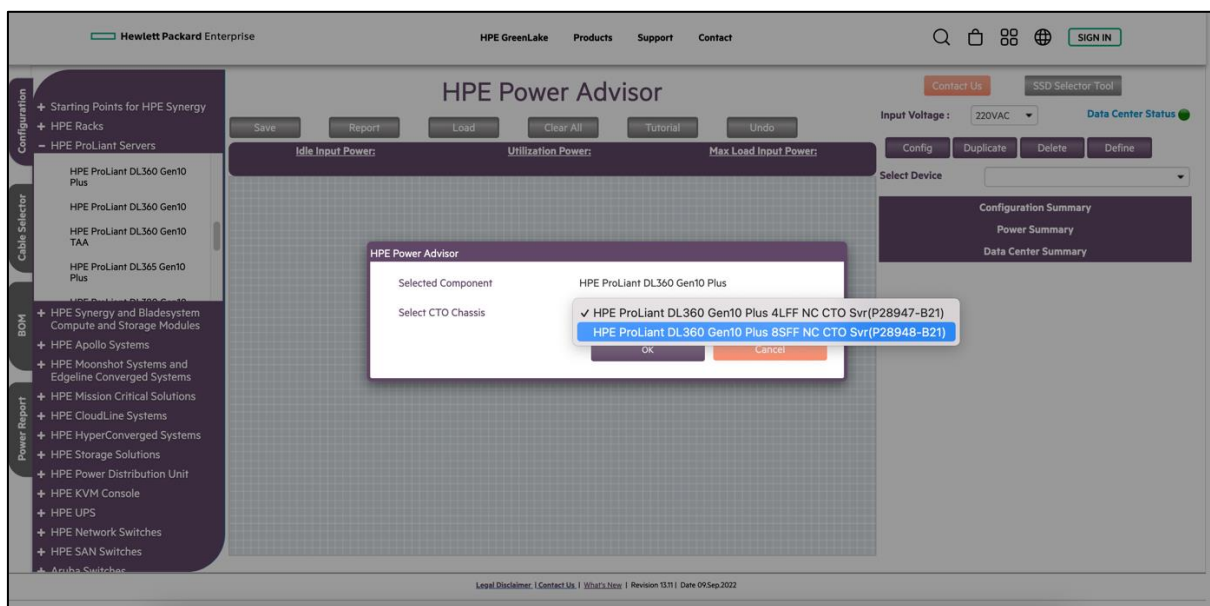
<https://poweradvisorext.it.hpe.com>



Iniciando a ferramenta, deve-se optar pela voltagem de entrada de 220VAC, visto que em um dos esclarecimentos efetuados ao TRT-15 (**Questionamento 10**) para solicitar o uso de fontes com tensões de 200 a 230/240 VAC, foi respondido que **“Serão aceitos equipamentos cujas fontes de alimentação sejam capazes de operar em 60 Hz, em tensões entre 209 e 231 VAC.”**



No Menu à esquerda, clique em **+ HPE ProLiant Servers > HPE ML/DL300 Series > HPE ProLiant DL360 Gen10 Plus**. Na caixa de seleção do Componente Selecionado, escolher o Chassis CTO “**HPE ProLiant DL360 Gen10 Plus 8SFF NC CTO Svr (P28948-B21)**”, sendo esse o modelo indicado pela Licitante em vossa proposta.



Configuration HPE ProLiant DL360 Gen10 Plus 8SFF NC

Idle Input Power: 13.62 Utilization Power: 56.77 Max Load Input Power: 56.77

Utilization: 100%

☐ Include Fan Max Power ☐ Turbo Mode

Please check that your configuration can support Turbo Mode by selecting the check box. This will check that your selected power supply can support your configuration in Turbo Mode.

Processor

Model: INT Xeon-S 4309Y CPU for HPE(0P36920-B2D) Add

Memory

Type: DDR-4 Add

Model: HPE 8GB 1Rx8 PC4-3200AA-R Smart K10P07525-B2D Add

Storage

Type: Hard Drive Add

Interface: SFF SAS Add

Option: HPE 300GB SAS 10K SFF BC HDD(P4043D-B2D) Add

Expansion

☒ Low Voltage Option

Model(s)	Quantity	Remove	Remove All
Processor			
Memory			
Storage			
Expansion			
INT I350 1GbE 4p BASE-T OCP3 Adptr(P08449-B2D)	1	X	XX
Power Supply			
HPE 800W FS Univ HI Plg LH Pwr Sply K10(85428-B2D)	1	X	XX

Note: The max drive/expansion capacity limits in the tool are based on if additional Drive Cages/Riser Kits Options respectively are ordered. Kindly add max quantity as per Drive Cages/Riser Kits Ordered.

Add power supplies for redundancy.

Please note the power consumption shown in the tool doesn't include any Fan Max power. Kindly select "Include Fan Max Power" option at the top to view updated power values.

Save Cancel

Após a seleção, é possível indicar a configuração detalhada do servidor escolhido e, para isso, simplesmente utilizar a relação de PN e modelos dos componentes do servidor DL360 apresentado na proposta da licitante SK Tecnologia, chegando na configuração final desejada, conforme abaixo:

Configuration HPE ProLiant DL360 Gen10 Plus 8SFF NC

Idle Input Power: 257.31 Utilization Power: 853.51 Max Load Input Power: 853.51

Utilization: 100%

☒ Include Fan Max Power ☒ Turbo Mode

Please check that your configuration can support Turbo Mode by selecting the check box. This will check that your selected power supply can support your configuration in Turbo Mode.

Processor

Model: INT Xeon-G 5318Y CPU for HPE(0P36924-B2D) Add

Memory

Type: DDR-4 Add

Model: HPE 64GB 2Rx4 PC4-3200AA-R Smart K10P06035-B2D Add

Storage

Type: SSD Add

Interface: SFF SAS Add

Option: HPE 192TB SAS 12G Read Intensive SFF BC Value SAS Multi Vendor SSD(P40507-B2D) Add

Expansion

☒ Low Voltage Option

Model(s)	Quantity	Remove	Remove All
Processor			
Memory			
Storage			
Expansion			
INT Xeon-G 5318Y CPU for HPE(0P36924-B2D)	2	X	XX
HPE 64GB 2Rx4 PC4-3200AA-R Smart K10P06035-B2D	32	X	XX
Storage			
HPE 192TB SAS 12G Read Intensive SFF BC Value SAS Multi Vendor SSD(P40507-B2D)	3	X	XX
Expansion			
BCM 57416 10GbE 2p BASE-T OCP3 Adptr(P10097-B2D)	1	X	XX
BCM 57416 10GbE 2p BASE-T Adptr(P26253-B2D)	1	X	XX
HPE SN11000 16Gb 2p FC HBA(P094A)	2	X	XX
Broadcom MR4161-a Cntrlr for HPE Gen10+(P26279-B2D)	1	X	XX
Power Supply			
HPE 800W FS Plat HI Plg LH PS K10(P38995-B2D)	2	X	XX

This is a Balanced Configuration.

Note: The max drive/expansion capacity limits in the tool are based on if additional Drive Cages/Riser Kits Options respectively are ordered. Kindly add max quantity as per Drive Cages/Riser Kits Ordered.

Note: Your configuration is not currently Power Redundant. Upgrade Power Supply for Redundancy

Save Cancel

Utilizando toda a configuração indicada, se faz também necessário clicar na Caixa de seleção “**Include Fan Max Power**” e na “**Turbo Mode**”. Desta forma, a configuração montada é apresentada em sua máxima capacidade energética/operacional, e sendo utilizado 100% da velocidade dos FANs (ventiladores) e então, desta forma, apresentando a Utilização Energética do sistema de **854.51 Watts**. (Acima da carga nominal suportada pelas fontes de 800 Watts indicadas pela licitante SK Tecnologia.)

Max Load Input Power: 853.51

☒ Include Fan Max Power ☒ Turbo Mode

Fan Max Power:

- It is the maximum power consumption of this server while fans are running at 100% speed.
- When fan max power is added, it is the worst-case power consumption with this configuration.
- It is used to ensure that the selected PSU can handle this configuration in a maximum power consuming case.
- This does not represent the normal server operation's power consumption.

Please check that your configuration can support supply can support your configuration in Turbo M

Com essa configuração, é apresentado a Nota informando que sua configuração atual não é energeticamente redundante. Solicitando para realizar o upgrade das fontes (fontes de maior capacidade) para suportar a redundância.

“Note : Your configuration is not currently Power Redundant. Upgrade Power Supply for Redundancy”

Broadcom MR416i-a Cntrl for HPE Gen10+(P26279-B21) 1 X XX

Power Supply

HPE 800W FS Plat Ht Plg LH PS Kit(P38995-B21) 2 X XX

This is a Balanced Configuration.

Note: The max drive\expansion capacity limits in the tool are based on if additional Drive Cages\Riser Kits Options respectively are ordered. Kindly add max quantity as per Drive Cages\Riser Kits Ordered.

Note : Your configuration is not currently Power Redundant. Upgrade Power Supply for Redundancy

Save Cancel

Como demonstramos durante todo o decorrer do item 1 deste recurso administrativo, fica notório através do uso da ferramenta do próprio Fabricante HPE, altamente recomendado pelo mesmo, de que a configuração ofertada pela licitante SK TECNOLOGIA LTDA. não atende ao solicitado pelo TRT-15 neste Edital, **visto que acarretará o desligamento do servidor na falha de uma das fontes de 800 Watts com a configuração solicitada pelo TRT-15 e com isso a perda de informações**, expressamente indicado no item **R.HS19** acima mencionado.

A Recorrida, por todos esses fatos, merece a DESCLASSIFICAÇÃO.

2. O NÃO ATENDIMENTO DOS TERMOS DE GARANTIA PELA PROPOSTA DA LICITANTE ZOOM TECNOLOGIA LTDA

Após análise técnica das propostas, identificamos o não atendimento dos requisitos técnicos e editalícios da empresa ZOOM TECNOLOGIA LTDA, conforme breve resumo abaixo:

No item R.GM01 – (1.2.7. Requisitos de Garantia e Manutenção) do ANEXO I AO EDITAL – TERMO DE REFERÊNCIA é solicitado:

“Garantia integral dos produtos contratados deverá ser de 60 meses contados a partir da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo. **Deverá ser prestada pelo fabricante, com possibilidade de abertura de chamados técnicos na contratada e no fabricante.** É comum no mercado a oferta de garantia de 60 meses para servidor de rede corporativo, que é o objeto deste processo.” **(Grifo nosso)**

O mesmo item foi motivo de diligência realizada por esta Administração, conforme questionamento e resposta da Licitante ZOOM abaixo:

“3) Sobre o requisito: "R.GM01 - Garantia integral dos produtos contratados deverá ser de 60 meses contados a partir da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo. Deverá ser prestada pelo fabricante, com possibilidade de abertura de chamados técnicos na contratada e no fabricante. É comum no mercado a oferta de garantia de 60 meses para servidor de rede corporativo, que é o objeto deste processo". Na documentação apresentada pela arrematante há o documento: xFusion Declaration to ZOOM for TRT15.pdf, no qual a empresa xFusion Technologies International Co., Limited declara que: "A Zoom possui técnicos capacitados e certificados pelo fabricante (certificação específica do equipamento oferecido) para suporte de instalação, treinamento, implantação, abertura de chamados e fornecer assistência técnica. O suporte técnico, a abertura de chamados e a assistência técnica serão fornecidos pela ZOOM com nossa autorização e suporte". A equipe técnica ficou em dúvida sobre como o fabricante prestará a garantia integral dos produtos e como se atende a "... possibilidade de abertura de chamados técnicos na contratada e no fabricante" (grifo nosso).

Esclarecimento: A ZOOM é a representante oficial da xFusion no Brasil. O fornecimento de serviço oficial do fabricante, se dará através de sua representação no país, que é através da ZOOM. A abertura dos chamados, assim como tratativas e eventuais substituição de peças, se dará pela ZOOM com todo o controle de processos pelo fabricante xFusion. Assim entendemos que a garantia será prestada pelo fabricante, através de seu canal oficial no Brasil, que é a ZOOM Tecnologia. Porém, caso o TRT15 deseje solicitar um destes serviços diretamente à xFusion, ele poderá fazê-lo pelo e-mail: LASupport@xfusion.com.”

Em simples análise ao documento “**xFusion Declaration to ZOOM for TRT15.pdf**”, fica notório que o mesmo fere diversos fundamentos das Legislação pertinente à esta Licitação, conforme listamos abaixo alguns pontos críticos:

1. A Declaração não apresenta dados detalhados do fabricante (que não possui nenhuma representação direta local no Brasil), nem sequer de seu representante legal que fora autor da “assinatura” apresentada em seu encerramento;
2. O documento apresentado não pode ser validado de sua autenticidade por meio de uma Assinatura Digital;
3. O documento apresentado não possui uma Tradução Juramentada, requisito padrão para documentos desta modalidade (Credenciamento, Procurações, Declarações expressando poderes, representatividade, etc.)
4. O documento apresentado deixa claro que esta declaração não cria relação de responsabilidade solidária entre a xFusion e ZOOM, eximindo a fabricante de quaisquer responsabilidades;
5. O Documento transmite fragilidade ao tratar a questão da garantia dos equipamentos, SLA e atendimento direto ao fabricante, visto que não qualquer forma de contato direto com o mesmo;

De tão simples e restrito de mais detalhes comuns em Declarações de outros fabricantes, conforme apresentado pelos demais licitantes, esta declaração é no mínimo duvidosa de sua veracidade e valor legal representativo no Brasil.

No item R.GM03 – (1.2.7. Requisitos de Garantia e Manutenção) do ANEXO I AO EDITAL – TERMO DE REFERÊNCIA é solicitado:

“A contratada **deverá garantir assistência técnica da solução, seja por meio da rede mantida pelo próprio fabricante ou por meio de rede por ele credenciada**, sendo, em todo caso, capaz de prestar atendimento na cidade de Campinas/SP. **Em hipótese alguma a garantia poderá ser afetada pelo não cumprimento de cláusulas contratuais pela contratada**, ou pelo uso de mão de obra não autorizada pelo fabricante.” **(Grifo nosso)**

O mesmo item também foi motivo de diligência realizada por esta Administração, conforme questionamento e resposta da Licitante ZOOM abaixo:

“4) Sobre o requisito: "R.GM03 - A contratada deverá garantir assistência técnica da solução, seja por meio da rede mantida pelo próprio fabricante ou por meio de rede por ele credenciada, sendo, em todo caso, capaz de prestar atendimento na cidade de Campinas/SP. Em hipótese alguma a garantia poderá ser afetada pelo não cumprimento de cláusulas contratuais pela contratada, ou pelo uso de mão de obra não autorizada pelo fabricante". A equipe técnica ficou em dúvida sobre o atendimento a este requisito, pois a documentação analisada deixou dúvidas sobre a existência de rede mantida ou credenciada pelo fabricante para garantir assistência técnica da solução". Portanto, solicita-se esclarecimentos.

Esclarecimento: Conforme declaração do fabricante (xFusion Declaration to ZOOM for TRT15.pdf), a empresa ZOOM TECNOLOGIA LTDA “está autorizada a fabricar, comercializar e fornecer assistência aos produtos rack server (FusionServer 2288H V6) e FusionDirector ofertados em sua proposta”. Ademais, no item 3 da referida declaração, o fabricante declara que “a ZOOM possui técnicos capacitados e certificados pelo fabricante (certificação específica

do equipamento oferecido) para suporte de instalação, treinamento, implantação, abertura de chamados e fornecer assistência técnica”, além de que “o suporte técnico, a abertura de chamados e a assistência técnica serão fornecidos pela ZOOM” com autorização e suporte do fabricante. Em relação à troca de peças, no item 4 da mesma declaração, o fabricante afirma que “a ZOOM possui autorização para comercialização de peças de reposição, consumíveis e demais itens necessários a prestação de serviços de garantia do objeto deste Edital”. Além disso, o nível de especialização e capacitação dos técnicos e analistas da Zoom é reforçado no item 6 da declaração, onde o fabricante cita que a empresa “possui acesso para suporte de 2º (segundo) e 3º (terceiro) níveis, bem como aos microcódigos dos equipamentos, de forma a realizar os serviços de instalação e manutenção (durante o período de garantia), sem ônus adicionais”. Informamos também que a ZOOM TECNOLOGIA utiliza estrutura técnica e peças em diversas localidades no Brasil, que cobre os SLAs necessários de seus contratos e equipamentos fornecidos. Ou seja, não restam dúvidas de que a Zoom está autorizada e possui o apoio direto do fabricante e estrutura para atuar como rede credenciada pelo fabricante para garantir assistência técnica da solução.”

Analisando o documento **“20220127172057-0001.pdf”** nomeado de **“MEMORANDUM OS UNDERSTANDING”** anexado pela licitante ZOOM Tecnologia, dá para se atentar em pontos frágeis dessa “Parceria”, já demonstrada logo em sua primeira página onde apresenta o período válido desta entre os dias **01 de Dezembro de 2021 à 31 de Dezembro de 2023, além de ser um documento Confidencial e que acredito não poder ter sido compartilhado pela licitante ZOOM sem o conhecimento e consentimento da xFusion.** Salientando que essa parceria existe à menos de 1 ano e já com prazo de encerramento ao final de 2023.

É relatado no documento as obrigações a serem cumpridas pela ZOOM, como requisitos para Suporte Remoto, Suporte Onsite, Depósitos e Gerenciamento de peças de reposição nas principais cidades etc., porém não garantem ou há comprovação do cumprimento destas obrigações para validar a parceria.

Dentre os termos apresentados no mesmo, é também indicado que esta parceria poderá ser finalizada por diversos fatores, como por exemplo a falha, recusa negligenciamento e/ou omissão para seguir, cumprir com os padrões de serviço e requerimentos designados pela xFusion.

Além das fragilidades apontadas, o documento também não apresenta a assinatura do Licitante ZOOM no mesmo, e também não trás as traduções Juramentadas para validar seu conteúdo de forma Legal, se ainda assim o mesmo for permitido, em comum acordo, de sua publicidade. Conforme a cláusula de Confidencialidade.

Perante todas as deficiências, Fragilidades e falta de valor legal das documentações apresentadas pela licitante ZOOM, os riscos de não cumprimento das clausulas contratuais pela contratada é extremamente representativo.

No item 9.11. Qualificação Técnica – do EDITAL é solicitado:

9.11.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.11.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

a) Apresentação de atestado(s) de Capacidade Técnica que comprove(m) a aptidão técnica da empresa licitante para fornecer, no mínimo, 50% dos quantitativos dos bens deste Edital, similares em características e prazos com o objeto da licitação deste Edital, compatíveis em características e prazos com o objeto da licitação.

Vale destacar que, apesar da licitante ZOOM ter apresentado diversos Atestados de Capacidade Técnica, em nenhum deles é reportado o uso de equipamentos da marca xFusion. O que corrobora com a fragilidade desta parceria e capacidade de execução do cumprimento das cláusulas contratuais deste edital.

Como demonstramos durante todo o decorrer do item 2 deste recurso administrativo, fica notório que a licitante ZOOM não atende ao solicitado pelo TRT-15 neste Edital, **visto que consegue comprovar sua habilitação técnica e operacional**, expressamente indicado no item **9.18** deste Instrumento Convocatório.

A Recorrida, por todos esses fatos, merece a DESCLASSIFICAÇÃO.

3.

Diante do exposto, requer-se que seja conhecido o presente recurso e, ao final, julgado provido, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, desclassificar as propostas apresentadas pela licitante **SK TECNOLOGIA LTDA** e **ZOOM TECNOLOGIA LTDA**, que devem ser desconsideradas pois, além das ocorrências que foram apresentadas, não atendem as Especificações Técnicas do Edital em consonância com os princípios acima, notadamente, por questões de inteira justiça.

Nestes termos, pede deferimento.

Serra, 21 de setembro de 2022

Perfil Computacional Ltda.

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 15ª REGIÃO

Sra. ANA CAROLINA S. RAMOS

Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região

Coordenadoria de Licitações

EDITAL DO PROAD Nº 2415/2021-1

CONTRARRECURSO ADMINISTRATIVO

SK TECNOLOGIA LTDA(SK), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 03.820.167/0001-97, com sede na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira nº 2937 cj 218 Bloco C cep 04.309-011, São Paulo, capital, por seu representante legal abaixo subscrito, vem, TEMPESTIVAMENTE e respeitosamente, à presença de V. Sa., com fulcro no artigo 4º, inciso XVIII da Lei nº 10.520/2002 e no artigo 109, inciso I, alínea "a" da Lei 8.666/93, apresentar suas CONTRARRAZÕES, em face do recurso interposto pela empresa PERFIL COMPUTACIONAL LTDA, que de forma alguma poderá lograr êxito face ao exposto abaixo. I. DOS FATOS A empresa SK, participou do pregão PROAD 2415/2021-1, restando vencedora, tendo sua proposta e habilitações aceitas para o presente certame, estando em plena conformidade com o estipulado em edital.

A recorrente alega não atendimento dos requisitos técnicos e editalícios referente a:

1) "Deverá conter fontes de alimentação redundantes e "hot-swapping" ou "hotplugging", que suportem a configuração dos equipamentos ofertados operando em sua capacidade máxima. Em caso de falha de metade do número de fontes configuradas, o restante das fontes deverá manter de forma automática o funcionamento do servidor, bem como toda a configuração do equipamento sem perda das informações em processamento. As fontes de alimentação devem ser capazes de operar em 60 Hz, em tensões entre 118 e 231 VAC. Para cada fonte fornecida, deve acompanhar 1 (um) cabo de força com plugues de 10 A, seguindo o padrão NBR 14.136 da ABNT; caso o equipamento ofertado exija uma PDU com conector ou amperagem diferente, a Contratada, adicionalmente, deverá, entregar e instalar nos racks do TRT-15, duas novas PDUs por servidor e os respectivos cabos, para cada fonte.

2) Em outro ponto, é feito uma análise errônea baseada em uma ferramenta da HPE, HPE Power Advisor.

Com os dois pontos acima vamos aos fatos verídicos, aos quais a SK Tecnologia Ltda vem elucidar

1) A configuração apresentada em nossa proposta atende na íntegra o edital, com fontes de 800W, conforme proposta apresentada e aprovada pela equipe de apoio do TRT-15.

A configuração com 100% de sua configuração trabalha a uma tensão de 630,12 W, sendo assim 1 fonte de 800W atende a toda configuração ofertada ainda com uma folga de mais de 21%. Para a comprovação dessa potência no equipamento temos na declaração OFICIAL do fabricante HPE no Anexo I de nossa contrarrazão página 4.

2) Em relação a ferramenta a ser considerada para tal medição, o correto é a utilização do HPE One Config Advanced (OCA), onde além de validar toda a configuração montada, sinalizando qualquer produto inserido e não compatível com a configuração, ele apresenta 3 níveis de potência dos servidores sendo elas 0%, 50% e 100%, o consumo de BTU/h, Corrente, peso e altura, e esse número trabalhando em 220V. Com intuito de comprovar essa informação, temos a declaração no Anexo I de nossa contrarrazão página 1 o relatório gerado pelo OCA no momento que submetemos a configuração proposta ao TRT15 onde pode-se ver a tensão máxima de 630,12 W gerada pela ferramenta para todos os itens que compõe a solução.

Faz parte do Anexo I:

a) Declaração da HPE sobre a ferramenta de configuração OCA e consumo máximo por equipamento de 660,12W

b) Relatório do OCA para configuração proposta

c) Procuração outorgando o signatário da Declaração

Desta forma, face ao exposto somente resta ao digníssimo pregoeiro desconsiderar o recurso interposto pela recorrente.

Do Direito

Primeiramente, vale recordarmos o que prescreve o art. 3º § 1º, Inciso I, da Lei 8.666/93, *ipsis litteris*: "Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da Isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos; § 1º É vedado aos agentes públicos: I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato". Deste modo, não resta a menor dúvida que, o DEVER/OBRIGAÇÃO do i. Sr. Pregoeiro, que é inerente de um Ato Vinculado, fazendo-se imperioso o respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, conforme a sempre precisa ponderação do preclaro Marçal Justen Filho, que assevera, *in verbis*:

"No procedimento licitatório, desenvolve-se atividade vinculada. Isso significa ausência de liberdade (como regra) para a autoridade administrativa. A lei define as condições de atuação dos agentes administrativos, estabelecendo a ordenação (sequência) dos atos a serem praticados e impondo condições excludentes de escolhas pessoais ou subjetivas.

... A vinculação ao instrumento convocatório complementa a vinculação a Lei. [Por isso, já se decidiu ser imperiosa a "... observância estrita dos termos do edital, que não dá ensejo à admissão de critérios outros, mesmo que mais vantajosos à administração"] (RJTJESP 103/157). ... A autoridade administrativa dispõe da faculdade de escolha, ao editar o ato convocatório. Porém, nascido tal ato, a própria autoridade fica subordinada ao conteúdo dele. Editado o ato convocatório, o administrado e o interessado submetem-se a um modelo norteador de sua conduta. (RT 644/69) Tornam-se previsíveis, com segurança os atos a serem praticados e as regras que os regerão. Restará margem mínima de liberdade ao administrador, usualmente de extensão irrelevante." (Aut. Cit. in. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Ed. Dialética, 8ª Edição, p. 65, São Paulo, 2001) E nesta mesma toada, é de grande valia elencarmos o entendimento de Hely Lopes Meirelles, que pondera, *ipsis litteris*: "Vinculação ao edital: a vinculação ao edital é princípio básico de toda a licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com

o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu (art. 41) (Aut. Cit. Ob. Cit. p. 256/257)

Deste modo, o julgamento do i. Sr. Pregoeiro deve se ater somente ao direcionamento da Lei e do Edital, ao qual se acha estritamente vinculado, procedendo conforme ao edital, devendo desclassificar as propostas que deixaram de atender as exigências mínimas firmadas no edital, sob pena de nulidade do próprio certame.

Portanto, a empresa RECORRIDA espera e confia que a legalidade imperará, desconsiderando o recurso interposto pela recorrente, respeitando a ordem legal do direito positivo brasileiro, em vista dos fundamentos de direito aqui expostos, por ser medida de DIREITO!!!

II - DO PEDIDO

Em face de todo o exposto acima, serve-se a presente para requerer o que segue:

(i) Desconsideração do recurso interposto pela empresa PERFIL COMPUTACIONAL LTDA.

(ii) que a decisão deste r. Pregoeiro seja mantida, com a Habilitação da empresa SK Tecnologia Ltda, com o atendimento de todas as exigências vinculadas ao instrumento convocatório.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

São Paulo, 23 de setembro de 2022

Fechar

Pregão 47/22 - Contrarrazão

1 mensagem

Fabian Bonaldo Alves <fabian@sktec.com.br>

Para: Licitações TRT15 <licita@trt15.jus.br>

Cc: Jose Luiz Serra <jserra@sktec.com.br>, luciano@sktec.com.br

23 de setembro de 2022 17:36

Prezada Ana Carolina,

Boa tarde!

Devido a impossibilidade de anexar o documento emitida pelo fabricante com as devidas comprovações no comprasnet, estamos enviando por esse email, da mesma forma que a Licitante que postou o recurso fez.

Solicitamos a confirmação desse email, dúvida ou se necessário algum esclarecimento estamos a disposição,

att

**FABIAN BONALDO
ALVES**

Diretor

 fabian@sktec.com.br

 +55(11)3882-8282



SK Tecnologia

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 15ª
REGIÃO**

Sra. ANA CAROLINA S. RAMOS

**Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
EDITAL DO PROAD Nº 2415/2021-1**

CONTRARRECURSO ADMINISTRATIVO

SK TECNOLOGIA LTDA(SK), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 03.820.167/0001-97, com sede na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira nº 2937 cj 218 Bloco C cep 04.309-011, São Paulo, capital, por seu representante legal abaixo subscrito, vem, TEMPESTIVAMENTE e respeitosamente, à presença de V. Sa., com fulcro no artigo 4º, inciso XVIII da Lei nº 10.520/2002 e no artigo 109, inciso I, alínea “a” da Lei 8.666/93, apresentar suas CONTRARRAZÕES, em face do recurso interposto pela empresa PERFIL COMPUTACIONAL LTDA, que de forma alguma poderá lograr êxito face ao exposto abaixo.

I. DOS FATOS

A empresa SK, participou do pregão PROAD 2415/2021-1, restando vencedora, tendo sua proposta e habilitações aceitas para o presente certame, estando em plena conformidade com o estipulado em edital.

A recorrente alega não atendimento dos requisitos técnicos e editalícios referente a:

- 1) “Deverá conter fontes de alimentação redundantes e "hot-swapping" ou “hotplugging”, que suportem a configuração dos equipamentos ofertados operando em sua capacidade máxima. Em caso de falha de metade do número de fontes configuradas, o restante das fontes deverá manter de forma automática o funcionamento do servidor, bem como toda a configuração do equipamento sem perda das informações em processamento. As fontes de alimentação devem ser capazes de operar em 60 Hz, em tensões entre 118 e 231 VAC. Para cada fonte fornecida, deve acompanhar 1 (um) cabo de força com plugues de 10 A, seguindo o padrão NBR 14.136 da ABNT; caso o equipamento ofertado exija uma PDU com conector ou amperagem diferente, a Contratada, adicionalmente, deverá, entregar e instalar nos racks do TRT-15, duas novas PDUs por servidor e os respectivos cabos, para cada fonte.
- 2) Em outro ponto, é feito uma análise errônea baseada em uma ferramenta da HPE, HPE Power Advisor.

Com os dois pontos acima vamos aos fatos verídicos, aos quais a SK Tecnologia Ltda vem elucidar

- 1) A configuração apresentada em nossa proposta atende na íntegra o edital, com fontes de 800W, conforme proposta apresentada e aprovada pela equipe de apoio do TRT-15. A configuração com 100% de sua configuração trabalha a uma tensão de 630,12 W, sendo assim 1 fonte de 800W atende a toda configuração ofertada ainda com uma folga de mais de 21%. Para a comprovação dessa potência no equipamento temos na declaração OFICIAL do fabricante HPE no Anexo I de nossa contrarrazão página 4.
- 2) Em relação a ferramenta a ser considerada para tal medição, o correto é a utilização do HPE One Config Advanced (OCA), onde além de validar toda a configuração montada, sinalizando qualquer produto inserido e não compatível com a configuração, ele apresenta 3 níveis de potência dos servidores sendo elas 0%, 50% e 100%, o consumo de BTU/h, Corrente, peso e altura, e esse número trabalhando em 220V. Com intuito de comprovar essa informação, temos a declaração no Anexo I de nossa contrarrazão página 1 o relatório gerado pelo OCA no momento que submetemos a configuração proposta ao TRT15 onde pode-se ver a tensão máxima de 630,12 W gerada pela ferramenta para todos os itens que compõe a solução.

Faz parte do Anexo I:

- a) Declaração da HPE sobre a ferramenta de configuração OCA e consumo máximo por equipamento de 660,12W
- b) Relatório do OCA para configuração proposta
- c) Procuração outorgando o signatário da Declaração

Desta forma, face ao exposto somente resta ao digníssimo pregoeiro desconsiderar o recurso interposto pela recorrente.

Do Direito

Primeiramente, vale recordarmos o que prescreve o art. 3º § 1º, Inciso I, da Lei 8.666/93, *ipsis litteris*:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da Isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos;

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato”.

Deste modo, não resta a menor dúvida que, o DEVER/OBRIGAÇÃO do i. Sr. Pregoeiro, que é inerente de um Ato Vinculado, fazendo-se imperioso o respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, conforme a sempre precisa ponderação do preclaro Marçal Justen Filho, que assevera, *in verbis*:

“No procedimento licitatório, desenvolve-se atividade vinculada. Isso significa ausência de liberdade (como regra) para a autoridade administrativa. A lei define as condições de atuação dos agentes administrativos, estabelecendo a ordenação (sequência) dos atos a serem praticados e impondo condições excludentes de escolhas pessoais ou subjetivas.

...

A vinculação ao instrumento convocatório complementa a vinculação a Lei. [Por isso, já se decidiu ser imperiosa a “ ... observância estrita dos termos do edital, que não dá ensejo à admissão de critérios outros, mesmo que mais vantajosos à administração”] (RJTJESP 103/157).

...

A autoridade administrativa dispõe da faculdade de escolha, ao editar o ato convocatório. Porém, nascido tal ato, a própria autoridade fica subordinada ao conteúdo dele. Editado o ato convocatório, o administrado e o interessado submetem-se a um modelo norteador de sua conduta. (RT 644/69) Tornam-se previsíveis, com segurança os atos a serem praticados e as regras que os regerão. Restará margem mínima de liberdade ao administrador, usualmente de extensão irrelevante.” (Aut. Cit. in. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Ed. Dialética, 8ª Edição, p. 65, São Paulo, 2001)

E nesta mesma toada, é de grande valia elencarmos o entendimento de Hely Lopes Meirelles, que pondera, *ipsis litteris*:

“Vinculação ao edital: a vinculação ao edital é princípio básico de toda a licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu (art. 41) (Aut. Cit. Ob. Cit. p. 256/257)

Deste modo, o julgamento do i. Sr. Pregoeiro deve se ater somente ao direcionamento da Lei e do Edital, ao qual se acha estritamente vinculado, procedendo conforme ao edital, devendo desclassificar as propostas que deixaram de atender as exigências mínimas firmadas no edital, sob pena de nulidade do próprio certame.

Portanto, a empresa RECORRIDA espera e confia que a legalidade imperará, desconsiderando o recurso interposto pela recorrente, respeitando a ordem legal do direito positivo brasileiro, em vista dos fundamentos de direito aqui expostos, por ser medida de DIREITO!!!

II - DO PEDIDO

Em face de todo o exposto acima, serve-se a presente para requerer o que segue:

- (i) Desconsideração do recurso interposto pela empresa PERFIL COMPUTACIONAL LTDA.
- (ii) que a decisão deste r. Pregoeiro seja mantida, com a Habilitação da empresa SK Tecnologia Ltda, com o atendimento de todas as exigências vinculadas ao instrumento convocatório.

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.

São Paulo, 23 de setembro de 2022.



Barueri, 22 de Setembro de 2022.

Ao
Tribunal Regional do Trabalho Da 15ª Região
BDE 3725
Pregão Eletrônico: 2415/2021

Fabiana de Brito Santos
Representante Legal
fabiana.brito@hpe.com
+55 11 2657-8491 Office

Declaramos para os devidos fins, que a empresa **Sk Tecnologia Ltda**, inscrita no **CNPJ 03.820.167/0001-97**, sediada na Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 2937 - Bloco C. Cj. 218 – Jabaquara – São Paulo - SP- **Cep.: 04309-011**, é uma revenda Participante do Programa de Canais estando apta a comercializar a linha HPE de produtos de computação de nossa fabricação.

Produto	Part Number (Hardware)	Part Number (Serviço)
HPE DL360 Gen10+ 8SFF NC CTO	P28948-B21	HU4A3A5

Declaramos que para comprovar o consumo de uma configuração deve-se utilizar a ferramenta de configuração HPE One Config Advanced e através dela exportar o "Technical specifications report". Com isso é gerado a configuração com todos os Part Numbers informados na proposta da empresa **SK Tecnologia Ltda, CNPJ.03.820.167/0001-97** e o consumo do equipamento a 100% de sua capacidade, importante reforçar que este relatório apresenta o consumo de 630,12W e mesmo com uma eventual falha de 1 das fontes, o equipamento continuará em operação com 100% da capacidade configurada e dessa forma atendendo a exigência editalícia.

As configurações ofertadas para esta licitação são de nossa própria fabricação ou homologadas por regime de O&M e estão em nossa linha de produção continuada incluindo substituição do disco rígido em caso de aviso de pré-falha identificado pelo software de gerenciamento e garantimos a total funcionalidade de todos os componentes e interfaces básicas.

Durante o período de garantia, responsabilizamo-nos pela garantia dentro das condições padrão Hewlett Packard Enterprise, conforme especificado em nossos manuais técnicos. Serviços adicionais ao especificado pela garantia, podem ser adquiridos através da compra do Care Pack pela **Sk Tecnologia Ltda**.

Declaramos ainda, que a HPE possui site na internet - www.hpe.com.br - onde pode ser efetuado download de drivers para os equipamentos ofertados e número



de telefone para Grande São Paulo – (011) 4004-7751 e demais regiões – 0800 55 64 05 - para informações e aberturas de chamados técnicos.

LISTA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

SÃO PAULO:

ATIVATS SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA

Av. Getulio Vargas, Nº 1838, SI 01 Bairro Baeta Neves C

Sao Bernardo Do Campo-SP CEP: 09751-251

E-MAIL: michel.fussi@ativats.com.br – Michel Fussi

TELEFONES: 55 19 3272-2280 / 55 19 99666-5156.

ATIVATS SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA

Rua Primeiro De Agosto, 447 - Sala 501 - Centro Bauru - SP - Cep: 17010011

E-MAIL: michel.fussi@ativats.com.br – Michel Fussi

TELEFONES: 55 19 3272-2280 / 55 19 99666-5156.

ATIVATS SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA

Rua Doutor Las Casas dos Santos, 113 Sala 2 e 4 Bairro São Bernardo -
Campinas-SP CEP 13030-490

E-MAIL: michel.fussi@ativats.com.br – Michel Fussi

TELEFONES: 55 19 3272-2280 / 55 19 99666-5156.

ATIVATS SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA

Rua Prudente De Moraes, 1570 Centro Ribeirão Preto 14015-100

E-MAIL: michel.fussi@ativats.com.br – Michel Fussi

TELEFONES: 55 19 3272-2280 / 55 19 99666-5156.

ATIVATS SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA

Av. Getulio Vargas, Nº 1838, SI 01 Bairro Baeta Neves C

Sao Bernardo Do Campo-SP CEP: 09751-251

E-MAIL: michel.fussi@ativats.com.br – Michel Fussi

TELEFONES: 55 19 3272-2280 / 55 19 99666-5156.

ATIVATS SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA

Rua XV de Novembro, 3057 - Sala 1107 Centro São José do Rio Preto
CEP 15015-907

E-MAIL: michel.fussi@ativats.com.br – Michel Fussi

TELEFONES: 55 19 3272-2280 / 55 19 99666-5156.

AMBAR TECHNOLOGY COM E SERVICOS LTDA

Av. Doutor Adhemar de Barros, nº 1738 - São José dos Campos - SP
cep 12.237-82

E-MAIL: michel.fussi@ativats.com.br – Michel Fussi

TELEFONES: 55 19 3272-2280 / 55 19 99666-5156.

Fabiana de Brito Santos
Representante Legal
fabiana.brito@hpe.com
+55 11 2657-8491 Office



**Hewlett Packard
Enterprise**

Atenciosamente,

**FABIANA DE BRITO
SANTOS:25160292845**

Fabiana de Brito Santos
Representante Legal
fabiana.brito@hpe.com
+55 11 2657-8491 Office

Fabiana de Brito Santos
Representante Legal

Digitally signed by FABIANA DE BRITO
SANTOS:25160292845
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Presencial,
ou=34224566000119, ou=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, ou=RFB e CPF A3, ou=(em branco),
cn=FABIANA DE BRITO SANTOS:25160292845
Date: 2022.09.23 09:08:52 -03'00'

Quote Details			Customer Details	
Quote name:			Salesforce ID:	
Quote number:			Company Name: Tribunal Regional do Trabalho	
Created by: Fabian Bonaldo Alves			Country/Code: BRAZIL	

Group summary								
Group name	P0%[W]	P50%[W]	P100%[W]	C[BTU/h]	AP[VA]	I[A]	m[kg]	h[U]
DL360 Gen10 Plus #1	235.69	431.49	630.12	2148.72	642.98	2.86	19.45	1.0
Grand Total	235.69	431.49	630.12	2148.72	642.98	2.86	19.45	1.0

DL360 Gen10 Plus #1

Qty	PN	Description	P0%[W]	P50%[W]	P100%[W]	C[BTU/h]	AP[VA]	I[A]	m[kg]	h[U]
1	P28948-B21	HPE ProLiant DL360 Gen10 Plus 8SFF NC Configure-to-order Server	235.69	431.49	630.12	2148.72	642.98	2.86	19.45	1.0
Total			235.69	431.49	630.12	2148.72	642.98	2.86	19.45	1.0

DISCLAIMER:

The following calculation is an estimation only and is provided "as is" without a warranty of any kind. The calculation(s) is/are provided solely to aid in determining power related requirements and other figures and is based only upon the configuration information provided in the received request, and publicly available power consumption figures. We have no visibility of future options to be installed, changes in workload, growth perspective, temperature and environmental conditions, as well as other crucial factors which can and may influence the power consumption. HPE can therefore, in no event, be held liable for direct or indirect damage(s) of any kind resulting from the usage of this calculation.Should the estimation contain any device that provides Power over Ethernet (PoE) to other appliances, the PoE part of power consumption of that device is not included in this estimate. The same applies for cooling requirements, VA rating and current draw. POE sources consume power but heat is dissipated on different place. For more details visit: <link.osp.hpe.com/u/1ob9>.

ASSUMPTIONS:

Voltage:

220

ABBREVIATIONS:

Px%: Power consumption at x percent utilization, C: Cooling requirements based on maximum utilization, AP: Apparent Power, I: Current, m: Maximum weight,h: Height in EIA units.

Config Name: TRT15_DLItem2_v3

UCID: 5129098074-03 (Solution Level)

Export Date: 2022-09-22 19:48:08 UTC

BOM Source: Current BOM

Opportunity ID : null

Customer Account : null

Item#	Qty	Product #	Product Description
0100	7	P28948-B21	HPE ProLiant DL360 Gen10 Plus 8SFF NC Configure-to-order Server
	7	P28948-B21 ABA	DL360 Gen10 Plus 8SFF CTO Server
0101	14	P36924-B21	Intel Xeon-Gold 5318Y 2.1GHz 24-core 165W Processor for HPE
	14	P36924-B21 0D1	Factory Integrated
0102	224	P06035-B21	HPE 64GB (1x64GB) Dual Rank x4 DDR4-3200 CAS-22-22-22 Registered Smart Memory Kit
	224	P06035-B21 0D1	Factory Integrated
0103	7	P26431-B21	HPE ProLiant DL360 Gen10 Plus 8SFF x1 Tri-Mode 24G U.3 BC Backplane Kit
	7	P26431-B21 0D1	Factory Integrated
0104	21	P40507-B21	HPE 1.92TB SAS 12G Read Intensive SFF BC Value SAS Multi Vendor SSD
	21	P40507-B21 0D1	Factory Integrated
0105	7	P26471-B21	HPE ProLiant DL36X Gen10 Plus Low Profile Riser Kit
	7	P26471-B21 0D1	Factory Integrated
0106	14	P9D94A	HPE SN1100Q 16Gb Dual Port Fibre Channel Host Bus Adapter
	14	P9D94A 0D1	Factory Integrated
0107	7	P26253-B21	Broadcom BCM57416 Ethernet 10Gb 2-port BASE-T Adapter for HPE
	7	P26253-B21 0D1	Factory Integrated
0108	7	P01366-B21	HPE 96W Smart Storage Lithium-ion Battery with 145mm Cable Kit
	7	P01366-B21 0D1	Factory Integrated
0109	7	P26279-B21	Broadcom MegaRAID MR416i-a x16 Lanes 4GB Cache NVMe/SAS 12G Controller for HPE Gen10 Plus
	7	P26279-B21 0D1	Factory Integrated
0110	7	P10097-B21	Broadcom BCM57416 Ethernet 10Gb 2-port BASE-T OCP3 Adapter for HPE
	7	P10097-B21 0D1	Factory Integrated
0111	7	P26477-B21	HPE ProLiant DL36X Gen10 Plus High Performance Fan Kit
	7	P26477-B21 0D1	Factory Integrated
0112	14	P38995-B21	HPE 800W Flex Slot Platinum Hot Plug Low Halogen Power Supply Kit
	14	P38995-B21 0D1	Factory Integrated
0113	14	AF591A	HPE C13 - NBR-14136 BR 250V 10Amp 1.83m Power Cord
	14	AF591A 0D1	Factory Integrated
0114	7	BD505A	HPE iLO Advanced 1-server License with 3yr Support on iLO Licensed Features
	7	BD505A 0D1	Factory Integrated
0115	14	P26479-B21	HPE ProLiant DL360 Gen10 Plus High Performance Heat Sink Kit
	14	P26479-B21 0D1	Factory Integrated
0116	7	P26485-B21	HPE ProLiant DL300 Gen10 Plus 1U SFF Easy Install Rail Kit
	7	P26485-B21 0D1	Factory Integrated
0117	7	P26489-B21	HPE ProLiant DL300 Gen10 Plus 1U Cable Management Arm for Rail Kit
	7	P26489-B21 0D1	Factory Integrated
0200	1	HA113A1	HPE Installation SVC
	7	HA113A1 5A0	HPE Entry 300 Series Install Service
0300	1	HU4A3A5	HPE 5Y Tech Care Critical Service
	7	HU4A3A5 ZSA	HPE ProLiant DL360 Gen10+ Support
	7	HU4A3A5 R2M	HPE iLO Advanced Non Blade Support



Hewlett Packard Enterprise

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

HEWLETT PACKARD BRASIL LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Alameda Rio Negro, nº 750, Fundos, 1º andar, sala 04, Alphaville, CEP 06454-000, cidade de Barueri, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 61.797.924/0001-55 e suas filiais inscritas nos CNPJs nºs 61.797.924/0002-36, 61.797.924/0003-17, 61.797.924/0006-60, 61.797.924/0007-40, 61.797.924/0009-02, 61.797.924/00016-31 e 61.797.924/0019-84, neste ato representada por **Rodrigo Mancini Astray**, brasileiro, casado, contador, portador da Carteira de Identidade nº. 27.045.438-X (SSP-SP), inscrito no CPF/MF sob o nº. 247.953.818-44, residente e domiciliado em Embu das Artes/SP.

OUTORGADOS:

FABIANA DE BRITO SANTOS brasileira, divorciada, matemática, portadora da Carteira de Identidade nº 27.858.460-3 (SSP/SP), inscrita no CPF/MF sob o nº 251.602.928-45, residente e domiciliada em Barueri/SP;

GISELA ALEXANDRA NOGUEIRA brasileira, solteira, jornalista, portadora da Carteira de Identidade nº 32.983.416-2 (SSP/SP), inscrita no CPF/MF sob o nº 306.651.108-12, residente e domiciliada em Barueri/SP;

JOÃO HENRIQUE DA CRUZ GUERHARTTI, brasileiro, casado, administração, portador da Carteira de Identidade nº 3238310-5 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 226.979.758-29, residente e domiciliado em Osasco/SP; e

SIMONE BUENO GAZAFI brasileira, casada, analista sup. vendas, portadora da Carteira de Identidade nº 22.281.074-9 (SSP/SP), inscrita no CPF/MF sob o nº 179.543.108-33, residente e domiciliada em Osasco/SP.

PODERES:

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito a Outorgante nomeia e constitui seu bastante procurador os Outorgados com poderes para, agindo isoladamente, assinatura de carta de justificativa de atraso de entrega ou informações sobre pedidos/ordem.

1. Assinar correspondências comerciais, meramente informativas, que não fixem, direta ou indiretamente, obrigações à Outorgante, em nome desta;
2. Retirar correspondências, simples ou registradas, encomendas, telegramas, vales postais e mercadorias, junto à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e empresas de transportes;
3. Assinar acordos de confidencialidade.
4. Assinar declarações de cunho técnico ou declaração de compatibilidade de preços propostos com preços de mercado, para fins de instrução de processos de licitações e de compras públicas;
5. Assinar declarações exigidas em licitações ou processos de compras, públicos ou privado;
6. Assinar todo e qualquer tipo de declaração, inclusive relativas a licitações e processos de compra, público ou privados;
7. Inscrição, manutenção, renovação de cadastros.

A presente procuração tem validade pelo **prazo de 12 (doze) meses**, contados de 31 de outubro de 2021 até 30 de outubro de 2022, sendo vedado o substabelecimento total ou parcial dos poderes ora conferidos. Este mandato será automaticamente revogado caso os Outorgados deixem de ser empregados da Outorgante.

Barueri, 15 de outubro de 2021.

HEWLETT-PACKARD BRASIL LTDA.
Rodrigo Mancini Astray



OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELÃO DE NOTAS DO DISTRITO DE ALDEIA - COMARCA DE BARUERI-SP
RUA GENERAL DE OLIVEIRA PEDRO RODRIGUES DA SILVA, Nº 400 - 2º ANDAR - NOVA ALDEIA - BARUERI/SP - CEP 06440-100 - TEL: (11) 4198-2164 / 4192-9111 / 4195-7972
OFICIAL DE REGISTRO / TABELÃO: RAQUEL BORGES ALVES TOSCANO

Reconheço, por semelhança, a firma de: **RODRIGO MANCINI ASTRAY**, em documento
sem valor econômico, do tá:
Aldeia - Barueri, 22 de outubro de 2014, em verdade.

ANDREY RICHARDO FIGUEROA DE ANDRADE, Escrevente Autorizado, Qtd. 1
Valor: R\$ 6,77 SEL0: Selo(s): S10109AA-0146438

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELÃO DE NOTAS DO DISTRITO DE ALDEIA - COMARCA DE BARUERI-SP
Andrey Ricardo Figueiroa de Andrade
Escrevente Autorizado

Colégio Notarial do Brasil
Selo de Autenticidade

117861
FIRMA 1
S10109AA0146438

FONE: 4198-2164 / 4192-9111 / 4195-7972
E TABELÃO DE NOTAS

➤ Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

AO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO – TRT15

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2022

ZOOM TECNOLOGIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 06.105.781/0001-65, com sede na Avenida das Águias, nº 162, Bairro Cidade Universitária Pedra Branca – Palhoça/SC, CEP. 88137-086, contato (48) 3279-0400, vem, respeitosamente, apresentar CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa IDT CORP COMERCIO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI, igualmente qualificada, apresentando, para tanto, as seguintes razões de fato e de direito:

1. BREVE HISTÓRICO:

A empresa IDT CORP COMERCIO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI, denominada recorrente, inconformada com o resultado do certame, interpôs Recurso Administrativo em face da decisão que habilitou e declarou a empresa Zoom Tecnologia vencedora do item 1.

Inicialmente, deve-se registrar, que, a empresa declarada vencedora, ora recorrida, trata-se de empresa idônea e com ampla experiência no fornecimento de bens e serviços de tecnologia a órgãos da Administração Pública Brasileira de todos os entes federativos. Desde a sua constituição, em 2004, até a presente data, a Recorrida desenvolveu larga experiência e tornou-se reconhecidamente especializada em infraestrutura para TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), com soluções inteligentes para Data Center, Redes e Comunicação sobre IP, consultoria, integração e implementação de soluções.

Essa experiência, de mais de 18 anos, aliada à parceria de grandes fornecedores de tecnologia, cumprimento de boas práticas de qualidade e atendimento, obtenção de certificações, busca constante de crescimento sustentável, e incessante inovação nos processos, fez com que a Zoom obtivesse não apenas know-how, como também uma estrutura competitiva que lhe possibilita oferecer o melhor custo-benefício aos seus clientes, públicos ou privados, e, dessa forma, está totalmente apta à execução integral e satisfatória dos objetos licitados.

E, uma vez que toda sua documentação de habilitação e proposta atendem irrestritamente a todas as especificações do edital, não há que se falar em reforma da decisão recorrida, que, por certo, permanecerá inalterada diante dos princípios da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório.

2. SÍNTESE FÁTICA:

Em resumo, a recorrente ("IDT") pugna pela necessidade de reforma da decisão que decretou, após os devidos esclarecimentos, a aceitação e habilitação técnica dos equipamentos ofertados em proposta pela ZOOM TECNOLOGIA.

Cumpra esclarecer que são inconsistentes e frágeis os argumentos apresentados pela recorrente, conforme se mostrará nos tópicos a seguir.

3. DA TOTAL IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO INTERPOSTO

3.1. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS EM CONFORMIDADE:

Alega a recorrente que a empresa ZOOM ofertou interfaces para conexão SFP e não RJ-45. Entretanto, a placa de rede ofertada (SC332 OCP3.0), de PN 03027VSG, suporta transceivers/GBICs tanto para cabos de fibra (LC), como cabos de rede (par metálico – RJ-45). O PN indicado faz referência à quantidade de transceivers/GBICs no padrão solicitado no edital, para conexão de cabos de rede par metálico (RJ-45): 10G-BASE-T. Justificativa que restou plenamente aceita pelo prezado Órgão.

Em atenção ao "TSS", foi evidenciado no documento "Ponto-a-Ponto", o pleno atendimento ao requisito. Consta em documento pdf da Mellanox (pb-connectx-4-lx-en-card.pdf), na página 3, seção 'CPU Offloads'.

Sobre o requisito GSO, conforme documentação da Microsoft, se refere à funcionalidade agregada de LSO e UDP Offload (Generic Segmentation Offload collectively represents LSO and UDP Send Offload), podendo ser constatado pelo link <https://learn.microsoft.com/en-us/windows-hardware/drivers/netcx/gso-offload>.

No documento pb-connectx-4-lx-en-card.pdf (página 3 – Ethernet), item parágrafo CPU Offloads, consta que a placa de rede ofertada suporta LSO, LRO e checksum offload, bem como TCP/UDP/IP stateless offload. Ou seja, resta nítido o atendimento ao requisito em questão, bem como tal mecanismo não impactará em perda de funcionalidade ou performance para o uso ao qual serão destinados os equipamentos.

Sobre o requisito SLB, no guia da placa de rede (SC332 OCP 3.0 NIC User Guide 01.pdf), na página 11, consta: "Supports bonding and teaming (with the OS)". Com essas funcionalidades suportadas pela placa de rede, o sistema operacional e o driver MPIO tornam-se aptos a implementar o failover automático e o balanceamento de carga. Adicionalmente, no documento pb-connectx-4-lx-en-card.pdf (página 3 – Ethernet), é informado que o adaptador de rede suporta os padrões "IEEE 802.3ad, 802.1ax Link Aggregation", os quais suportam o protocolo Link Aggregation Control Protocol (LACP). O LACP, subcomponente do padrão IEEE 802.3ad, contribui para incrementar o nível de resiliência e confiabilidade da rede, suportando a falha e failover de links físicos e o balanceamento de carga, vejamos:

"LACP is a subcomponent of IEEE 802.3ad (Link Aggregation) standard. The standard prescribes that LACP can be a method to bundle multiple physical links between network devices into a single logical link. As a result, links that LACP enabled, can increase its logical bandwidth and network reliability without changing any network infrastructure."

Em relação a suposição referente ao não atendimento das fontes ofertadas, tal alegação é, no mínimo, descabida. Não se pode supor ou achar algo, sem comprovações. Da mesma forma que uma ferramenta ou um aplicativo, desenvolvido por um fabricante, só é utilizado por esse fabricante, simular o Sizing de um servidor ou um Storage de fabricante diverso é improcedente, bem como não é uma prática comum. Muito menos confiável.

Nessa linha de raciocínio, há a declaração do fabricante xFusion (xFusion Declaration to ZOOM for TRT15.pdf) na qual consta, em item 5:

"Será fornecido à ZOOM assistência na preparação da documentação referentes a especificação técnica da presente licitação".

Dessa forma, resta evidente que o fabricante participou diretamente do processo de Sizing e dimensionamento dos equipamentos, bem como da configuração dos PNs que compuseram a solução. Assim sendo, os engenheiros da xFusion conhecem bem os equipamentos com os quais trabalham e dimensionaram as fontes de maneira a atender todos os requisitos do edital.

Para corroborar com a narrativa, ao discorrer sobre a incompatibilidade da controladora ofertada, nota-se que a recorrente carece de atenção e prudência com suas colocações, uma vez que a matéria apresentada no documento "Ponto-a-Ponto", mais uma vez elenca, em página 24, a Tabela 4-2: Maximum number of drives in a RAID array: 32 (RAID SAS 9460-16i) e 240 (RAID SAS 9460-8i). Torna-se, portanto, evidente que a controladora ofertada suporta mais discos do que os que foram solicitados.

Motivo pelo qual, mais uma vez, devem ser refutados os argumentos elencados em recurso.

Dito isso, ao apresentar tais alegações infundadas, a recorrente sequer mensura o impacto que seu discurso provoca no interesse público. Dessa forma, resta evidente a falta de leitura e comprometimento que a recorrente tem junto ao Edital que está vinculada.

Assim sendo, uma vez que o objetivo da apresentação ao processo é comprovar a capacidade e aptidão da empresa recorrida em fornecer equipamentos nos moldes elencados no certame, torna-se evidente que a Zoom Tecnologia Ltda., com o escopo em proposta e especificação técnica, com a comprovação da qualificação técnica, está plenamente apta a CONTINUAR HABILITADA a atender o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, conforme condições, quantidades e exigência estabelecidas por este órgão em edital.

Desta forma, não nos resta dúvida que a Recorrente tem o propósito, com esse recurso, de justamente atrasar a compra do item para o qual a Recorrida sagrou-se vencedora e tumultuar a administração pública. De modo que não há nenhuma razão para alterar a decisão já tomada, acertadamente pela Pregoeira e que respeita todos os princípios basilares dos certames licitatórios.

Logo, verifica-se que resta comprovado o atendimento da ZOOM TECNOLOGIA LTDA. a todos os requisitos do edital referente à comprovação para sua habilitação, não apresentando falha alguma em relação ao que está estipulado em Edital e seus Anexos.

Desta forma, diante de tudo que foi apontado, requer a imediata desconsideração das razões recursais, uma vez que notoriamente improcedentes.

Com isso, diante de todo o exposto deverá o recurso ser julgado totalmente improcedente, face ao notório cumprimento e atendimento integral da empresa ZOOM TECNOLOGIA LTDA às regras editalícias.

4. DO PEDIDO:

Diante do exposto, DESDE JÁ REQUER que seja dado total improcedência ao recurso interposto pela licitante – IDT CORP COMERCIO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI - no que diz respeito ao mérito recursal, mantendo-se, na íntegra, a decisão que declara vencedora do certame a empresa ZOOM TECNOLOGIA, cuja proposta comercial, habilitação e documentação técnica atenderam a todos os requisitos do instrumento convocatório, e ainda se mostrou como a de menor preço e mais vantajosa ao órgão contratante.

Palhoça/SC, 26 de setembro de 2022.

ZOOM TECNOLOGIA LTDA.
Guilherme Nunes Silva

Fechar



Camila Rodrigues Nascimento @ ZOOM <camila.nascimento@zoomtecnologia.com.br>
para licita@trt15.jus.br ▾

26 de set. de 2022 18:15 (há 18 horas) ★ ↶ ⋮

Prezada Pregoeira, boa tarde!

Em razão da impossibilidade de exclusão e inserção de arquivo e/ou novo texto no campo das Contrarrazões no sistema do comprasnet, solicitamos que seja considerado o arquivo em anexo para fins de análise de nossas contrarrazões face o recurso da empresa IDTCORP.

Informamos que o prazo para inserção das contrarrazões se encerra hoje (26/09), e no momento da inserção do texto tivemos um contratempo com as informações, motivo pelo qual se faz necessária a correção do texto.

Att,



Camila Rodrigues Nascimento

Coordenadora Jurídica e Licitações/ Legal and Bidding Coordinator

📞 (48) 9 8478 9424 ☎️ (48) 3279-0400 www.zoomtecnologia.com.br

ZOOM
itiquety

ZOOM
serviceteck

ZOOM
clôud

ZOOM
b2b

ZOOM
stôre

—
You received this message because you are subscribed to the Google Groups "E-Mail Externo Para A Assessoria de Licitaçoes - Grupos Diversos" group.
To view this discussion on the web visit <https://groups.google.com/a/trt15.jus.br/d/msgid/licita/CPWP152MR495075339F9F1AA3DBAA2D3FAD529%40CPWP152MR4950.LAMP152.PROD.OUTLOOK.COM>



↶ Responder

➡ Encaminhar

AO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO – TRT15

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2022

ZOOM TECNOLOGIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 06.105.781/0001-65, com sede na Avenida das Águias, nº 162, Bairro Cidade Universitária Pedra Branca – Palhoça/SC, CEP. 88137-086, contato (48) 3279-0400, vem, respeitosamente, apresentar **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa **IDT CORP COMERCIO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI**, igualmente qualificada, apresentando, para tanto, as seguintes razões de fato e de direito:

1. BREVE HISTÓRICO:

A empresa IDT CORP COMERCIO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI, denominada recorrente, inconformada com o resultado do certame, interpôs Recurso Administrativo em face da decisão que habilitou e declarou a empresa Zoom Tecnologia vencedora do item 1.

Inicialmente, deve-se registrar, que, a empresa declarada vencedora, ora recorrida, trata-se de empresa idônea e com ampla experiência no fornecimento de bens e serviços de tecnologia a órgãos da Administração Pública Brasileira de todos os entes federativos. Desde a sua constituição, em 2004, até a presente data, a Recorrida desenvolveu larga experiência e tornou-se reconhecidamente especializada em infraestrutura para TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), com soluções inteligentes para Data Center, Redes e Comunicação sobre IP, consultoria, integração e implementação de soluções.

Essa experiência, de mais de 18 anos, aliada à parceria de grandes fornecedores de tecnologia, cumprimento de boas práticas de qualidade e atendimento, obtenção de certificações, busca constante de crescimento sustentável, e incessante inovação nos

processos, fez com que a Zoom obtivesse não apenas know-how, como também uma estrutura competitiva que lhe possibilita oferecer o melhor custo-benefício aos seus clientes, públicos ou privados, e, dessa forma, está totalmente apta à execução integral e satisfatória dos objetos licitados.

E, uma vez que toda sua documentação de habilitação e proposta atendem irrestritamente a todas as especificações do edital, não há que se falar em reforma da decisão recorrida, que, por certo, permanecerá inalterada diante dos princípios da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório.

2. SÍNTESE FÁTICA:

Em resumo, a recorrente ("IDT") pugna pela necessidade de reforma da decisão que decretou, após os devidos esclarecimentos, a aceitação e habilitação técnica dos equipamentos ofertados em proposta pela ZOOM TECNOLOGIA.

Cumpra esclarecer que são inconsistentes e frágeis os argumentos apresentados pela recorrente, conforme se mostrará nos tópicos a seguir.

3. DA TOTAL IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO INTERPOSTO

3.1. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS EM CONFORMIDADE:

Alega a recorrente que a empresa ZOOM ofertou interfaces para conexão SFP+ e não RJ-45. Entretanto, a placa de rede ofertada (SC332 OCP3.0), de PN 03027VSG, suporta transceivers/GBICs tanto para cabos de fibra (LC), como cabos de rede (par metálico – RJ-45). Conforme já confirmado com o TRT15, a placa de rede será ofertada com transceivers/GBICs no padrão solicitado no edital, para conexão de cabos de rede par metálico (RJ-45): 10G-BASE-T. Justificativa que restou plenamente aceita pelo prezado Órgão.

Em atenção ao "TSS", foi evidenciado no documento "Ponto-a-Ponto", o pleno atendimento ao requisito. Consta em documento pdf da Mellanox (*pb-connectx-4-lx-en-card.pdf*), na página 3, seção 'CPU Offloads'.

Sobre o requisito GSO, conforme documentação da Microsoft, se refere à funcionalidade agregada de LSO e UDP Offload (*Generic Segmentation Offload collectively represents LSO and UDP Send Offload*), podendo ser constado pelo link <https://learn.microsoft.com/en-us/windows-hardware/drivers/netcx/gso-offload>.

No documento *pb-connectx-4-lx-en-card.pdf* (página 3 – Ethernet), item parágrafo CPU Offloads, consta que a placa de rede ofertada suporta LSO, LRO e checksum offload, bem como TCP/UDP/IP stateless offload. Ou seja, resta nítido o atendimento ao requisito em questão, bem como tal mecanismo não impactará em perda de funcionalidade ou performance para o uso ao qual serão destinados os equipamentos.

Sobre o requisito SLB, no guia da placa de rede (*SC332 OCP 3.0 NIC User Guide 01.pdf*), na página 11, consta: “*Supports bonding and teaming (with the OS)*”. Com essas funcionalidades suportadas pela placa de rede, o sistema operacional e o driver MPIO tornam-se aptos a implementar o failover automático e o balanceamento de carga. Adicionalmente, no documento *pb-connectx-4-lx-en-card.pdf* (página 3 – Ethernet), é informado que o adaptador de rede suporta os padrões “IEEE 802.3ad, 802.1ax Link Aggregation”, os quais suportam o protocolo *Link Aggregation Control Protocol* (LACP). O LACP, subcomponente do padrão IEEE 802.3ad, contribui para incrementar o nível de resiliência e confiabilidade da rede, suportando a falha e failover de links físicos e o balanceamento de carga, vejamos:

"LACP is a subcomponent of IEEE 802.3ad (Link Aggregation) standard. The standard prescribes that LACP can be a method to bundle multiple physical links between network devices into a single logical link.

As a result, links that LACP enabled, can increase its logical bandwidth and network reliability without changing any network infrastructure."

Em relação a suposição referente ao não atendimento das fontes ofertadas, tal alegação é, no mínimo, descabida. Não se pode supor ou achar algo, sem comprovações. Da mesma forma que uma ferramenta ou um aplicativo, desenvolvido por um fabricante, só é utilizado por esse fabricante, simular o Sizing de um servidor ou um Storage de fabricante diverso é improcedente, bem como não é uma prática comum. Muito menos confiável.

Nessa linha de raciocínio, há a declaração do fabricante xFusion (*xFusion Declaration to ZOOM for TRT15.pdf*) na qual consta, em item 5:

“Será fornecido à ZOOM assistência na preparação da documentação referentes a especificação técnica da presente licitação”.

Dessa forma, resta evidente que o fabricante participou diretamente do processo de Sizing e dimensionamento dos equipamentos, bem como da configuração dos PNs que compuseram a solução. Assim sendo, os engenheiros da xFusion conhecem bem os equipamentos com os quais trabalham e dimensionaram as fontes de maneira a atender todos os requisitos do edital.

Sobre a quantidade de discos suportados pela controladora RAID, ao discorrer sobre a incompatibilidade da controladora ofertada, nota-se que a recorrente carece de atenção e prudência com suas colocações, uma vez que a matéria apresentada no documento “Ponto-a-Ponto”, mais uma vez elenca, em página 24, a Tabela 4-2: *Maximum number of drives in a RAID array*: 32 (RAID SAS 9460-16i) e 240 (RAID SAS 9460-8i). Torna-se, portanto, evidente que a controladora ofertada suporta mais discos do que os que foram solicitados.

Motivo pelo qual, mais uma vez, devem ser refutados os argumentos elencados em recurso.

Dito isso, ao apresentar tais alegações infundadas, a **recorrente sequer mensura o impacto que seu discurso provoca no interesse público**. Dessa forma, resta evidente a falta de leitura e comprometimento que a recorrente tem junto ao Edital que está vinculada.

Assim sendo, uma vez que o objetivo da apresentação ao processo é comprovar a capacidade e aptidão da empresa recorrida em fornecer equipamentos nos moldes elencados no certame, torna-se evidente que a Zoom Tecnologia Ltda., com o escopo em proposta e especificação técnica, com **a comprovação da qualificação técnica**, está plenamente apta a **CONTINUAR HABILITADA** a atender o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, conforme condições, quantidades e exigência estabelecidas por este órgão em edital.

Desta forma, não nos resta dúvida que a Recorrente tem o propósito, com esse recurso, de justamente atrasar a compra do item para o qual a Recorrida sagrou-se vencedora e tumultuar a administração pública. De modo que não há nenhuma razão para alterar a decisão já tomada, acertadamente pela Pregoeira e que respeita todos os princípios basilares dos certames licitatórios.

Logo, verifica-se que resta comprovado o atendimento da ZOOM TECNOLOGIA LTDA. a todos os requisitos do edital referente à comprovação para sua habilitação, não apresentando falha alguma em relação ao que está estipulado em Edital e seus Anexos.

Desta forma, diante de tudo que foi apontado, requer a imediata desconsideração das razões recursais, uma vez que notoriamente improcedentes.

Com isso, diante de todo o exposto deverá o recurso ser julgado totalmente improcedente, face ao notório cumprimento e atendimento integral da empresa ZOOM TECNOLOGIA LTDA às regras editalícias.

4. DO PEDIDO:

Diante do exposto, **DESDE JÁ REQUER que seja dado total improcedência ao recurso interposto pela licitante – IDT CORP COMERCIO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI - no que diz respeito ao mérito recursal, mantendo-se, na íntegra, a decisão que declara vencedora do certame a empresa ZOOM TECNOLOGIA**, cuja proposta comercial, habilitação e documentação técnica atenderam a todos os requisitos do instrumento convocatório, e ainda se mostrou como a de menor preço e mais vantajosa ao órgão contratante.

Palhoça/SC, 26 de setembro de 2022.


ZOOM TECNOLOGIA LTDA.
Guilherme Nunes Silva

➤ Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

AO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO – TRT15

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2022

ZOOM TECNOLOGIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 06.105.781/0001-65, com sede na Avenida das Águias, nº 162, Bairro Cidade Universitária Pedra Branca – Palhoça/SC, CEP. 88137-086, contato (48) 3279-0400, vem, respeitosamente, apresentar CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa PERFIL COMPUTACIONAL LTDA., igualmente qualificada, apresentando, para tanto, as seguintes razões de fato e de direito:

1. BREVE HISTÓRICO:

A empresa PERFIL COMPUTACIONAL LTDA., denominada recorrente, inconformada com o resultado do certame, interpôs Recurso Administrativo em face da decisão que habilitou e declarou a empresa Zoom Tecnologia vencedora do item 1.

Inicialmente, deve-se registrar, que, a empresa declarada vencedora, ora recorrida, trata-se de empresa idônea e com ampla experiência no fornecimento de bens e serviços de tecnologia a órgãos da Administração Pública Brasileira de todos os entes federativos. Desde a sua constituição, em 2004, até a presente data, a Recorrida desenvolveu larga experiência e tornou-se reconhecidamente especializada em infraestrutura para TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), com soluções inteligentes para Data Center, Redes e Comunicação sobre IP, consultoria, integração e implementação de soluções.

Essa experiência, de mais de 18 anos, aliada à parceria de grandes fornecedores de tecnologia, cumprimento de boas práticas de qualidade e atendimento, obtenção de certificações, busca constante de crescimento sustentável, e incessante inovação nos processos, fez com que a Zoom obtivesse não apenas know-how, como também uma estrutura competitiva que lhe possibilita oferecer o melhor custo-benefício aos seus clientes, públicos ou privados, e, dessa forma, está totalmente apta à execução integral e satisfatória dos objetos licitados.

E, uma vez que toda sua documentação de habilitação e proposta atendem irrestritamente a todas as especificações do edital, não há que se falar em reforma da decisão recorrida, que, por certo, permanecerá inalterada diante dos princípios da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório.

2. SÍNTESE FÁTICA:

Em resumo, a recorrente ("PERFIL COMPUTACIONAL") pugna pela necessidade de reforma da decisão que decretou, após os devidos esclarecimentos, a aceitação e habilitação do documento de garantia emitido pelo fabricante parceiro da ZOOM TECNOLOGIA.

No mais, a licitante recorrente pleiteia, confiantemente, que o documento apresentado é frágil quanto aos "diversos fundamentos da Legislação pertinente à licitação", bem como lista os pontos críticos em que baseia sua tese.

Cumprе esclarecer que são inconsistentes e frágeis os argumentos apresentados pela recorrente, conforme se mostrará nos tópicos a seguir.

3. DA TOTAL IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO INTERPOSTO

3.1. DECLARAÇÃO DO FABRICANTE. PONTOS 1, 2, 3, 4 e 5. CONFORMIDADE E VALIDADE DOCUMENTAL:

Alega a recorrente, em pontos 1 e 2, que a declaração da fabricante xFusion não apresenta dados detalhados da mesma, nem mesmo de seus representantes legais, bem como pugna pela falta de autenticidade por meio da assinatura digital junto ao documento enviado ao TRT15. A saber:

1. Declaração não apresenta dados detalhados do fabricante (que não possui nenhuma representação direta local no Brasil), nem sequer de seu representante legal que fora autor da "assinatura" apresentada em seu encerramento;

2. O documento apresentado não pode ser validado de sua autenticidade por meio de uma Assinatura Digital;

3. O documento apresentado não possui uma Tradução Juramentada, requisito padrão para documentos desta modalidade (Credenciamento, Procurações, Declarações expressando poderes, representatividade, etc.);

4. O documento apresentado deixa claro que esta declaração não cria relação de responsabilidade solidária entre a xFusion e ZOOM, eximindo a fabricante de quaisquer responsabilidades;

5. O Documento transmite fragilidade ao tratar a questão da garantia dos equipamentos, SLA e atendimento direto ao fabricante, visto que não qualquer forma de contato direto com o mesmo.

Ocorre que tais alegações, por mais que despejadas com confiança, demonstram a falta de conhecimento ao arcabouço jurídico em que a empresa recorrente está suscetível.

Para corroborar com a narrativa e rebater o ponto 1, mister se faz a necessidade da recorrente provar o que dispara em seu arrazoado, seja por meio de referências normativas, jurisprudenciais ou doutrinárias, ato que não o fez.

Assim sendo, em nosso ordenamento legal e em especial o âmbito administrativo, o qual rege o certame, as fontes do Direito mostram-se indispensáveis à fundamentação de quaisquer que sejam os atos desejados. Nesse contexto, é cediço que a legislação, a jurisprudência, a doutrina, os costumes e a analogia, fazem parte de qualquer fundamentação inerente ao âmbito administrativo, ao passo que aquilo que não estiver englobado em tais faculdades, restará deficiente de embasamento legal. Vejamos o artigo 5º, inciso II da CF/88:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

II – Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;”

Dessa forma, não há um modelo existente, em edital ou no direito brasileiro, de declaração a ser seguido pelas licitantes, ao passo que se deva apresentar “dados detalhados” da fabricante. E mesmo que assim fosse, apenas à título de argumentação, a recorrida juntou e comprovou, com o documento 20220127172057-0001.PDF, a existência consolidada da parceria e representação entre as empresas.

Em atenção ao ponto 2, mais evidente ainda se torna o desconhecimento jurídico da recorrente, à medida que alega a invalidade da assinatura do documento por tratar-se de forma digital. Informa-se à recorrente que vivemos à luz da era digital, contemplando a quarta revolução industrial e seus atributos, de modo que, no Direito, não poderia ser diferente. Ao contrário, a evolução do direito digital acompanha à passos largos a época em que vivemos, seja por mecanismos como a LGPD, a IoT, o Blockchain, seja pela regulamentação da assinatura digital.

Nesse ínterim, o poder legislativo dispôs, através da Lei 14.063/2020, sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, bem como em atos de pessoas jurídicas de direito privado. Ainda, difere os tipos de assinaturas digitais, classificadas em simples, avançada e qualificada.

Evidente que, por tratar-se de uma relação de mera declaração entre duas pessoas jurídicas de direito privado, ZOOM e xFusion, optou-se pelo modo simples. Nota-se o artigo 4º, inciso I da Lei supracitada:

Art. 4º Para efeitos desta Lei, as assinaturas eletrônicas são classificadas em:

I - assinatura eletrônica simples:

- a) a que permite identificar o seu signatário;
- b) a que anexa ou associa dados a outros dados em formato eletrônico do signatário;

Assim sendo, o que demonstra a recorrente com tal discurso, nada mais é do que o descontentamento em não se sagrar vitoriosa junto ao certame, haja vista que elenca especulações infundadas com o mero intuito de retardar o processo licitatório.

Ademais, o ponto 3 demonstra-se totalmente refutado com a narrativa acima descrita, de maneira que não há “requisito padrão” para tradução juramentada junto à declaração. E ainda que fosse, o mesmo não é exigido em edital, documento com força de lei entre as partes.

Adiante, o ponto 4 versa sobre a necessidade de uma responsabilidade solidária entre a entre a fabricante xFusion e a ZOOM TECNOLOGIA. Novamente, evidencia-se a falta de leitura de recorrente com o edital a qual está vinculada, uma vez que o mesmo não solicita relações de responsabilidade solidária entre quaisquer partes.

Nessa perspectiva, a xFusion é uma fabricante World Class, assim como a recorrida, empresa licitante sólida com mais de 18 anos no mercado brasileiro, a qual contém parceria com outros fabricantes além da xFusion, não tendo qualquer fator que a desabone, sendo perfeitamente capaz de responder por suas obrigações legais, conforme é exigido no edital.

Por derradeiro, o ponto 5 finaliza o raciocínio alegando a fragilidade do documento em questão quanto a garantia dos equipamentos, SLA e atendimentos direto do fabricante, bem como aponta para um hipotético caráter “simples e restrito” da parceria, discorrendo sobre o lapso temporal da parceria e sobre como “acredita” ocorrer o conhecimento e consentimento da fabricante xFusion.

Dessa forma, pode-se notar o tom especulativo em que se debruça o discurso da empresa, ao passo que para satisfazer seu interesse, traz ao recurso uma linha de pensamento futuroológica, a fim de pressupor alegações que não existem ao tempo desta licitação.

Dito isso, importante ressaltar que o processo solicita a comprovação dos itens: i) tipo de garantia; e, ii) SLA de atendimento, os quais foram atendidos na proposta e não carregam a necessidade de serem especificados na declaração do fabricante.

Quanto ao caráter da parceria, a conclusão que se chega sobre tais alegações é de que a recorrente se baseia na exceção, e não na regra. Por regra, contratos dessa natureza tendem a criar laços sólidos de mercado, os quais visam fortalecer, justamente, o comércio dos equipamentos que a fabricante produz e, por consequência, os equipamentos que recorrida distribui.

Assim sendo, ao replicar a lógica da recorrente como forma argumentativa ao caso, podemos especular: se a empresa PERFIL COMPUTACIONAL não consegue criar laços comerciais sólidos, isso se aplica a todo o mercado? De maneira alguma!

A Constituição Federal traz em seu conteúdo o princípio da livre concorrência, disposto em seu artigo 170, inciso IV:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

IV – livre concorrência;

Isto é, enquanto a livre iniciativa conceitua-se na liberdade de construir seu próprio negócio, a livre concorrência estende-se na liberdade de competição entre essas empresas, ao passo que tal competição não poderá restar prejudicada.

Logo, ao discorrer dessa forma, a recorrente atenta contra o referido princípio constitucional, haja vista que pleiteia o modo como a empresa recorrida deve manter suas relações contratuais e de mercado.

Ainda, quanto aos comentários de possível rescisão da parceria, resta evidente que todo instrumento contratual deve ter suas cláusulas e mecanismos de obrigações, de rescisão, de penalidades e prazo de vigência, faculdades essas constantes na Teoria Geral dos Contratos, regra básica do Direito Civil Brasileiro.

Por fim, é nítido o intuito de tumultuar o processo editalício que carrega a recorrente, haja vista que todos os documentos e esclarecimentos solicitados pelo prezado Órgão, foram encaminhados ao nobre julgador, o qual avaliou e acatou de forma criteriosa as respostas enviadas. Motivos pelos quais, mais uma vez, devem ser refutados os argumentos elencados em recurso.

3.2 APRESENTAÇÃO DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA. HABILITAÇÃO TÉCNICA ITEM 9.18:

Caso não bastasse, a recorrente escreve sobre a apresentação de “diversos Atestados de Capacidade Técnica”, alertando que nenhum destes seria reportado ao uso de equipamentos da marca xFusion para os itens 9.11.1 e 9.11.1.1.

Nota-se que, se a recorrente prezasse pelo mínimo de respeito ao edital, teria constatado, novamente, a não exigência em edital para a comprovação de equipamentos do mesmo fabricante, fato que a empresa PERFIL COMPUTACIONAL tenta adicionar “a força” no certame.

Por conseguinte, ainda disfare que a empresa ZOOM TECNOLOGIA não conseguiu comprovar sua habilitação técnica e operacional constante em item 9.18.

Dito isso, é uma pena a recorrente não se atentar aos benefícios trazidos pela recorrida ao TRT15, bem como ao erário público. De maneira avessa, busca qualquer argumento, mesmo que infundado, desacreditando da decisão da autoridade julgadora, assim como infamando a ZOOM Tecnologia.

Nesse contexto, recorrida observou, com cautela, em ofertar solução coerente e totalmente em conformidade com o instrumento convocatório. Em sua peça recursal, a recorrente demonstra total descomprometimento com a correta avaliação da documentação apresentada e com nítida tentativa de confundir o estimado órgão julgador do processo.

Portanto, a recorrente traz um recurso completamente deslocado do exigido em edital e, em seu desespero, acusa a ZOOM TECNOLOGIA em fatos completamente desfundados. Assim, verifica-se que não subsiste as alegações feitas pela recorrente, devendo ser mantida a decisão administrativa que declarou a ZOOM vencedora do certame em questão.

Dito isso, ao apresentar tais alegações infundadas, a recorrente sequer mensura o impacto que seu discurso provoca no interesse público. Dessa forma, resta evidente a falta de leitura e comprometimento que a recorrente tem junto ao Edital que está vinculada.

Notoriamente, é preciso destacar a má-fé da recorrente, uma vez que o que informa em sua peça recursal são alegações desprovidas de comprometimento com a veracidade, razão pela qual, mais uma vez, suas alegações não merecem nenhum tipo de respaldo.

Assim sendo, uma vez que o objetivo da apresentação ao processo é comprovar a capacidade e aptidão da empresa proponente em fornecer equipamentos e serviços nos moldes elencados no certame, torna-se evidente que a Zoom Tecnologia Ltda., com o escopo em proposta e especificação técnica, com a comprovação da qualificação técnica, está plenamente apta a CONTINUAR HABILITADA a atender o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, conforme condições, quantidades e exigência estabelecidas por este órgão em edital.

Desta forma, não nos resta dúvida que a Recorrente tem o propósito, com esse recurso, de justamente atrasar a compra do item para o qual a Recorrida sagrou-se vencedora e tumultuar a administração pública. De modo que não há nenhuma razão para alterar a decisão já tomada, acertadamente pelo Pregoeiro e que respeita todos os princípios basilares dos certames licitatórios.

Logo, verifica-se que resta comprovado o atendimento da ZOOM TECNOLOGIA LTDA. a todos os requisitos do edital referente à comprovação para sua habilitação, não apresentando falha alguma em relação ao que está estipulado em Edital e seus Anexos.

Desta forma, diante de tudo que foi apontado, requer a imediata desconsideração das razões recursais, uma vez que notoriamente improcedentes.

Com isso, diante de todo o exposto deverá o recurso ser julgado totalmente improcedente, face ao notório cumprimento e atendimento integral da empresa ZOOM TECNOLOGIA LTDA às regras editalícias.

4. DO PEDIDO:

Diante do exposto, DESDE JÁ REQUER que seja dado total improcedência ao recurso interposto pela licitante –

PERFIL COMPUTACIONAL LTDA - no que diz respeito ao mérito recursal, mantendo-se, na íntegra, a decisão que declara vencedora do certame a empresa ZOOM TECNOLOGIA, cuja proposta comercial, habilitação e documentação técnica atenderam a todos os requisitos do instrumento convocatório, e ainda se mostrou como a de menor preço e mais vantajosa ao órgão contratante.

Palhoça/SC, 26 de setembro de 2022.

ZOOM TECNOLOGIA LTDA.
Guilherme Nunes Silva

Fechar

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

DECISÃO DO PREGOEIRO: NÃO PROCEDE

Proad nº 2415/2021 – Pregão Eletrônico Compras.gov.br nº 47/2022 – ITEM 1

Preliminarmente, impende destacar que, nos termos do histórico do processo licitatório em tela registrado no Sistema Compras.gov.br, A MANIFESTANTE PERFIL COMPUTACIONAL MOTIVOU SUA INTENÇÃO DE RECORRER APENAS PARA O ITEM 2, CONTRA DECISÃO DESTA PREGOEIRA QUE DECLAROU VENCEDORA A EMPRESA SK TECNOLOGIA LTDA (PARA O ITEM 2).

Nesse sentido, a Recorrente Perfil Computacional cumpriu o disposto no art. 44 do Decreto n.º 10.024/19, no sentido de prever, após a declaração de vencedor, que poderão os licitantes manifestar imediata intenção de recorrer, apresentando a devida motivação, PORÉM, O FEZ APENAS PARA O ITEM 2, CUJA VENCEDORA FOI A EMPRESA SK TECNOLOGIA:

Art. 44. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

(...)

§ 3º A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no caput, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

(...)

Após, em 21 de setembro passado, a Recorrente Perfil Computacional apresentou suas razões recursais.

Não obstante, em leitura ao embasamento apresentado na peça recursal da Recorrente Perfil Computacional, esta Pregoeira e sua Equipe de Apoio observaram que, REFERENTE AO ITEM 1, CUJA VENCEDORA FOI A EMPRESA ZOOM TECNOLOGIA, A RECORRENTE INOVOU A MATÉRIA RECURSAL, ao trazer à tela possível desatendimento no que tange ao “não atendimento dos termos de garantia pela proposta da licitante Zoom Tecnologia Ltda” e ao aceite de seus “atestados de capacidade técnica”. Porém, para tal teor, a Recorrente quedou-se inerte contra esses fatos, no momento de sua motivação da intenção de apresentar recurso, caracterizando indícios de matéria preclusa.

In casu, entende esta Pregoeira e sua Equipe de Apoio que houve o fenômeno de preclusão temporal para suscitar a motivação da matéria a ser abordada nas razões do recurso, vez que não houve motivação quanto aos possíveis desatendimentos pela vencedora Zoom Tecnologia, para o Item 1.

Como ressalta o saudoso processualista Ovídio A. Batista da Silva:

“Diz-se preclusão, no campo da teoria dos prazos processuais, a impossibilidade em que se encontra a parte de praticar determinado ato processual em virtude de se haver esgotado o momento adequado para fazê-lo. Preclusão (do latim praeccludere, fechar, cerrar, impedir) é, em última análise, a perda de uma faculdade processual, ou a extinção do direito que a parte tivera de realizar o ato, ou de exigir determinada providência judicial”.

Ainda, o jurista Luiz Rodrigues Wambier aduz:

“Se o processo deve “andar para frente”, isto é, desenvolver-se em direção a seu final, os atos processuais, que acontecem nos moldes previstos em cada procedimento, devem respeitar determinados prazos, nos quais deverão ser realizados, sob pena de, não o sendo, incidirem na hipótese as consequências da não realização dos atos.”

Pelo exposto, entendem esta Pregoeira e sua Equipe de Apoio que os argumentos lançados pela Recorrente Perfil Computacional no que diz respeito ao desatendimento a requisitos de garantia da proposta e atestados de capacidade técnica da vencedora do Item 1, Zoom Tecnologia, não foram objeto de imediata manifestação e motivação em campo próprio quando da sessão ocorrida no dia 16 de setembro passado, não podendo, agora, ser suscitados nas razões do recurso apresentadas para o Item 2, sob pena de violar seu princípio processual básico da preclusão.

Portanto, parte do recurso interposto pela Perfil Computacional poderia não ser conhecido, seja pelo fato de ter ocorrido a preclusão, seja pelo fato de ter ocorrido a decadência do direito para recorrer especificamente sobre esses requisitos da proposta e documentos da empresa Zoom Tecnologia, para o Item 1. Todavia, por amor ao debate, esta Pregoeira discorrerá, também, acerca do mérito do recurso da Perfil Computacional, no que tange a estes assuntos.

Dando seguimento, o Decreto n.º 10.024/19, que regulamenta o pregão na forma eletrônica para aquisição de bens e a contratação de serviços comuns estabelece:

“Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.”

Em complemento, o Art. 17 determina que caberá ao pregoeiro, em especial:

“[...]”

III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

IV - coordenar a sessão pública e o envio de lances;

V - verificar e julgar as condições de habilitação;

[...]”

Muito embora o dispositivo legal acima outorgue ao pregoeiro a competência para verificar a conformidade da

proposta com os requisitos do edital, há que se notar o conteúdo extremamente técnico das propostas e documentos técnicos, assim como das alegações do recurso e das contrarrazões. E, portanto, esta Pregoeira e sua Equipe de Apoio não detêm o conhecimento técnico para avaliar as questões elencadas pelas Recorrentes e pela Recorrida, motivo pelo qual as razões recursais e contrarrazões foram submetidas à Área Técnica deste E. Tribunal para manifestação.

Ainda, cabe esclarecer que a proposta e a documentação recebidas se referem a uma solução tecnológica que deve atender aos requisitos do Edital, portanto, a equipe técnica deste TRT analisou toda a solução tecnológica apresentada, incluindo solicitação de diversas diligências. A partir desta análise, confrontou-se todas as exigências técnicas do Edital com cada item da solução. A análise foi realizada com grande cautela e pautou-se por todos os preceitos legais aplicáveis.

COM RELAÇÃO AO RECURSO DA IDT CORP, A ÁREA TÉCNICA DESTES E. TRIBUNAL SE MANIFESTOU NO SEGUINTE SENTIDO:

A) RAZÃO I: R.HS05. A recorrente alega que a proposta apresentada pela arrematante Zoom Tecnologia Ltda. ofertou transceivers ópticos, que não atendem requisito R.HS05. Alega, também, que não é possível identificar 3 "protocolos" no documento "SC332 OCP 3.0 NIC User Guide 01.pdf" enviado pela arrematante para a "placa SC332".

RESPOSTA TRT-15: Sobre os transceivers, NÃO TEM RAZÃO A RECORRENTE, pois, conforme a própria recorrente informou, foi realizada diligência solicitando esclarecimentos sobre o atendimento à exigência do R.HS05, especificamente sobre o uso com cabos de rede "par metálico - RJ-45" (BASE-T)." e a resposta da arrematante declarou: "[...] forneceremos os transceivers/GBICs SFP+ com conexão RJ-45 (10G-BASE-T)". Portanto, a partir desta resposta, ficou esclarecido que a proposta da arrematante atende a esta parte do requisito.

Sobre os 3 "protocolos" citados, NÃO TEM RAZÃO A RECORRENTE. Preliminarmente, destaca-se que o requisito não usa o termo "protocolo", mas sim "tecnologia" e "padrões" que, em alguns contextos, não podem ser considerados como termos sinônimos. A documentação apresentada pela arrematante para este item mostra que o chip utilizado na placa ofertada - SC332 OCP3.0 Ethernet Adapter, 10 GE (CX-4 LX) - é da fabricante Mellanox Technologies Ltd. (empresa adquirida pela NVIDIA Corporation em 2020), modelo ConnectX-4 Lx. Informa, também, que o chip é o responsável por implementar as funções do adaptador de rede (ConnectX-4 Lx - NIC chip that implements NIC functions). No documento, fornecido pela arrematante (pb-connectx-4-lx-en-card.pdf), que apresenta algumas funções implementadas pelo chip, na seção CPU Offloads, sob o item Features encontram-se descritas as funcionalidades que atendem ao TSS e ao GSO. Quanto ao SLB (Smart Load Balancing), dentre as diligências realizadas pela equipe técnica encontraram as seguintes informações: "Multi-Host L3/L4 Classification - ENABLES LOAD BALANCING in the Multi PF Switch layer (MPFS) based on the L3/L4 headers" (grifo meu) quanto a arquitetura do chip e, ainda, as diligências da equipe técnica foram adiante e esclareceram que a tecnologia Smart Load Balancing é implementada com o conceito de NIC Teaming, sendo que o sistema Operacional Windows usa o termo NIC Teaming e os sistemas operacionais Linux, via de regra, usam o termo NIC Bonding. No documento, apresentado pela arrematante, SC332 OCP 3.0 NIC User Guide 01.pdf, página 10, item 2.1 Feature List, está a resposta para o atendimento da tecnologia quando informa que a placa: SUPPORTS BONDING AND TEAMING (with the OS).

Referências:

https://network.nvidia.com/related-docs/firmware/ConnectX4Lx-FW-14_23_1000_release_notes.pdf ;
<https://lwn.net/Articles/666180/> ; <https://www.parallels.com/blogs/ras/nic-teaming/> ; e
https://www.allied-tesis.co.jp/support/list/adapter/2973/broadcom_ug.pdf - páginas 43 a 46).

Com as informações levantadas é possível afirmar que a placa ofertada atende a todas as tecnologias citadas no requisito.

B) RAZÃO II - R.HS19 - A recorrente alega que a arrematante ofertou a menor fonte disponível para o equipamento 2288H V6 e conclui que, por isso, certamente não suporta o equipamento em sua configuração na capacidade máxima. Além desta alegação, a recorrente fez algumas simulações, onde comprovam que nem com a configuração ofertada, não sendo considerada a configuração em sua capacidade máxima, a fonte de 900 W poderia atender. E, ao final, conclui que as fontes ofertadas não atendem ao edital.

RESPOSTA TRT-15: NÃO TEM RAZÃO A RECORRENTE. Preliminarmente, há um erro de interpretação do requisito, a correta leitura é aquela que entende que a exigência para que as fontes de alimentação suportem a configuração dos equipamentos ofertados operando em sua capacidade máxima significa que as fontes ofertadas devem suportar a operação do equipamento CONFIGURADO COM OS COMPONENTES (PROCESSADORES, MEMÓRIAS, PLACAS, DISCOS, ETC.) NECESSÁRIOS PARA ATENDER A TODOS OS REQUISITOS DO EDITAL, operando em sua capacidade máxima considerando os componentes ofertados. Não é possível afirmar que: somente porque a fonte de 900 W é a menor fonte disponível para o equipamento 2288H V6, que ela não suporta o equipamento na configuração ofertada operando em sua capacidade máxima. É possível verificar o equívoco na interpretação quando se lê o texto que afirma "se a fonte de 900 W ofertada é a menor fonte disponível para o equipamento 2288H V6, CERTAMENTE não suporta o equipamento em sua configuração na capacidade máxima" (grifo meu). Por esse raciocínio, para atender o requisito, somente seria possível ofertar a fonte de maior capacidade disponível para o equipamento, o que não tem lógica e nem seria razoável que se solicitasse um servidor com uma configuração, mas com fontes muito mais potentes que o necessário. Alguém poderia dizer que um pedido ilógico destes seria feito já prevendo um possível futuro upgrade da solução, o que também não se justifica, pois se esse possível upgrade não ocorrer, o que justificaria o investimento adicional em fontes superdimensionadas?

Na sequência, a Recorrente afirma que o fabricante XFusion não disponibiliza de ferramenta para cálculo de voltagem de seus equipamentos, mas isso não é verdade, a ferramenta pode ser encontrada em: xFusion Server Power Calculator. A equipe técnica do TRT, mesmo entendendo que este tipo de simulação não possui a acurácia necessária para reproduzir o funcionamento real de um servidor, em respeito ao recorrente, que, de boa fé, utilizou estas simulações, fez uma simulação com a ferramenta disponibilizada pela fabricante XFusion e obteve um consumo de 796,55 Watts com o equipamento em carga máxima (Load 100%). O resultado da simulação pode ser

consultado aqui:

https://drive.google.com/file/d/1XbI4232S8pFAvd9ZNIY20ZKLAa9z_Wgc/view usp=sharing. A Recorrente apresenta simulações com ferramentas de outros fabricantes alegando que estas simulações comprovam que nem com a configuração ofertada, não sendo considerada a configuração em sua capacidade máxima, a fonte de 900 W poderia atender. No entanto, ao usar esta metodologia, ignora que as ferramentas utilizadas não podem ser consideradas como medidores acurados para simular o consumo de um equipamento que utiliza outros componentes na sua construção. A própria recorrente informa que usou equipamentos de outras marcas (HP, Dell e Lenovo) nas simulações, ou seja, as comparações não são tecnicamente viáveis para comprovar o não atendimento ao requisito. Portanto, a equipe técnica conclui que o R.HS19 é atendido pela proposta da arrematante.

C) RAZÃO III - R.HS34 - A recorrente alega que a arrematante ofertou a controladora: RAID Controller 9460-8i - SAS/SATA 12Gbps e que esta controla apenas 8 discos e não 16 conforme deveria ser, pois o equipamento possui 16 discos internos. Que deveria ter sido a controladora 9460-16i. E conclui que a controladora ofertada não atende ao edital.

RESPOSTA TRT-15: NÃO TEM RAZÃO A RECORRENTE. A placa RAID Controller 9460-8i - SAS/SATA 12Gbps ofertada tem capacidade para controlar até 240 discos, conforme é possível verificar no documento V6 Server RAID Controller Card User Guide 05.pdf, em sua página 893, item 10.2 Functions: "The number of hard drives, virtual drives, and hard drive groups supported by the 9460-8i are as follows: • 240 hard drives". As denominações 8i e 16i não se referem a quantidade de discos que podem ser controlados, mas sim à quantidade de canais (raias ou lanes) PCIe 3.0 disponíveis, como informa o documento, apresentado pela arrematante, V6 Server RAID Controller Card User Guide 05.pdf, em sua página 890, item 10.1 Overview: "The AVAGO MegaRAID SAS9460-8i RAID controller card (9460-8i) is an 8-port 12 Gbit/s SAS controller based on the MegaRAID architecture. Equipped with eight PCIe 3.0 lanes [...]". Portanto, a equipe técnica conclui que o R.HS34 é atendido pela placa ofertada na proposta da arrematante.

COM RELAÇÃO AO RECURSO DA PERFIL COMPUTACIONAL, A ÁREA TÉCNICA DESTA E. TRIBUNAL SE MANIFESTOU NO SEGUINTE SENTIDO:

Item: 1 – Servidor do Tipo 1 - O NÃO ATENDIMENTO DOS TERMOS DE GARANTIA PELA PROPOSTA DA LICITANTE ZOOM TECNOLOGIA LTDA.

Em síntese, a recorrente cita os requisitos R.GM01 e R.GM03, que tratam de temas sobre garantia e assistência técnica. Inclui os textos das diligências realizadas pela equipe técnica e afirma que: "Perante todas as deficiências, Fragilidades e falta de valor legal das documentações apresentadas pela licitante ZOOM, os riscos de não cumprimento das cláusulas contratuais pela contratada é extremamente representativo". Prossegue citando o item 9.11 do edital, que versa sobre a Qualificação Técnica exigida no edital e escreve: "Vale destacar que, apesar da licitante ZOOM ter apresentado diversos Atestados de Capacidade Técnica, em nenhum deles é reportado o uso de equipamentos da marca xFusion. O que corrobora com a fragilidade desta parceria e capacidade de execução do cumprimento das cláusulas contratuais deste edital".

RESPOSTA TRT-15: NÃO TEM RAZÃO A RECORRENTE. Como pode-se verificar pela própria análise do texto do recurso apresentado, a equipe técnica, antes de considerar que a proposta da arrematante está em conformidade com o edital, promoveu várias diligências com o objetivo de ter esclarecidos vários pontos em que teve dúvidas sobre o pleno atendimento aos requisitos técnicos do edital. E, apenas depois de ter formado sua convicção, relatou à Pregoeira a conclusão sobre a conformidade técnica da proposta. A equipe técnica para validar os requisitos R.GM01 e R.GM03 fez várias verificações no site da fabricante do equipamento ofertado, bem como no site da arrematante. Foram verificadas, para o modelo de equipamento ofertado, as disponibilidades de suporte técnico, documentação e atualização de software. Foi verificado o funcionamento do endereço de e-mail fornecido pela arrematante em um dos esclarecimentos prestados, onde obteve-se resposta do escritório da fabricante no México indicando a arrematante como prestadora de serviços de suporte no Brasil. A equipe técnica não poupou esforços para analisar o atendimento dos requisitos do edital. Sobre a qualificação técnica, sem qualquer razão, a Recorrente questiona os atestados de capacidade técnica apresentados pela arrematante, alegando que "em nenhum deles é reportado o uso de equipamentos da marca xFusion), ignorando os termos do edital que exigem "aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação", ora, em nenhum item do edital exige-se que o equipamento apresentado no atestado seja da mesma marca que o ofertado e nem poderia ser diferente, sob pena de restrição à livre concorrência. Os atestados de capacidade técnica foram analisados e considerados suficientes para comprovar a aptidão da arrematante. Neste mesmo parágrafo, a Recorrente entra em contradição quando, depois de combater a validade da parceria entre a fabricante e a Recorrida, admite que há parceria (embora a considere frágil): "O que corrobora com a fragilidade desta parceria e capacidade de execução do cumprimento das cláusulas contratuais deste edital" (grifo nosso). Portanto, com as informações levantadas é possível afirmar que os requisitos R.GM01 e R.GM03, assim como a qualificação técnica, são atendidos pela Recorrida.

Dando prosseguimento, com relação à contestação da representação da XFusion pela Zoom Tecnologia, em que a Recorrente questiona a veracidade da Declaração apresentada e seu "valor legal representativo no Brasil", esta Pregoeira FRISA que a Área Técnica deste E. Tribunal, muito diligentemente, após os esclarecimentos prestados pela Zoom Tecnologia, enviou um e-mail ao endereço eletrônico citado pela Recorrida Zoom Tecnologia em uma das respostas às diligências efetuadas, CUJO DOMÍNIO É DA EMPRESA XFUSION, - LAsupport@xfusion.com - questionando sobre parceiros da fabricante no Brasil. EM SUA RESPOSTA, A XFUSION CONFIRMOU QUE, "NO BRASIL, A ZOOM TECNOLOGIA LTDA É NOSSO PARCEIRO EXCLUSIVO DE SERVIÇOS AUTORIZADOS (ASC) QUE PRESTARÁ O SERVIÇO COM XFUSION JUNTO A NOSSOS CLIENTES", E ANEXO A MESMA DECLARAÇÃO JÁ ENVIADA PELA ZOOM TECNOLOGIA POR MEIO DO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR, CONFIRMANDO A PARCERIA POR AMBAS AS PARTES. Importante mencionar que, com relação à alegação da Perfil Computacional sobre a validade de sua autenticidade, ambas as partes confirmaram a veracidade da Declaração.

Por fim, com relação à tradução juramentada alegada pela Recorrente Perfil Computacional, o Decreto n.º 10.024/19, que regulamenta o pregão na forma eletrônica, especifica que a tradução é exigível para a participação de empresas estrangeiras, conforme se depreende de seu Art. 41: "Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes,

inicialmente apresentados com tradução livre.” A Recorrida Zoom Tecnologia é brasileira, com o devido cadastro de seu CNPJ perante a Receita Federal do Brasil.

Com relação aos Atestados de Capacidade Técnica, impende salientar, conforme já mencionado em resposta pela Área Técnica deste E. Tribunal, que o item 9.11.1.1 do edital determina, quanto à comprovação de aptidão para a prestação dos serviços, “apresentação de atestado(s) de capacidade técnica que comprove(m) a aptidão técnica da empresa licitante para fornecer, no mínimo, 50% dos quantitativos dos bens deste Edital, similares em características e prazos com o objeto da licitação deste Edital, compatíveis em características e prazos com o objeto da licitação.”

Referente à análise de atestados de capacidade técnica, O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO preconiza que “A VERIFICAÇÃO DE QUE DETERMINADO ATESTADO DE HABILITAÇÃO TÉCNICA É HÁBIL PARA COMPROVAR EFETIVAMENTE A CAPACIDADE DE LICITANTE PARA EXECUTAR O OBJETO PRETENDIDO, A DESPEITO DE TAL ATESTADO NÃO SE AJUSTAR RIGOROSAMENTE ÀS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL, JUSTIFICA SUA ACEITAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO” - Informativo de Licitações e Contratos 121/2012.

Ademais, “deve-se ter em mente que este Tribunal tem precedentes no sentido de que A COMPATIBILIDADE ENTRE OS SERVIÇOS ANTERIORES E O SERVIÇO LICITADO DEVE SER ENTENDIDA COMO CONDIÇÃO DE SIMILARIDADE E NÃO DE IGUALDADE.” - Acórdão 1.140/2005 – Plenário.

Conforme jurisprudência do TCU acima mencionada, a Área Técnica deste E. Tribunal considerou os atestados enviados suficientes para aprovação da qualificação técnica da Recorrida para o objeto licitado.

Após as explanações acima, no entendimento desta Pregoeira e de sua Equipe de Apoio, o procedimento licitatório transcorreu de modo a cumprir fielmente os ditames legais, primando pelo pleno atendimento às necessidades desta Administração.

Por todo exposto, depreende-se o acerto, a legalidade e a legitimidade da decisão atacada, que atendeu perfeitamente à lei e ao edital, razão pela qual esta Pregoeira não reconhece os motivos alegados pela querelante para alterar seu julgamento, resolvendo conhecer do recurso interposto e, no mérito, manter sua decisão, em conformidade com o Decreto n.º 10.024, Art. 17, Inciso VII.

Nestes termos, à Autoridade Competente, em consonância com as disposições do art. 13º, inciso IV, do Decreto nº 10.024/2019.

Campinas, 29 de setembro de 2022

Ana Carolina dos Santos Ramos – Pregoeira

Ciente. De acordo. André Scatuzzi - Coordenador de Licitações

OBSERVAÇÃO – INFORMO QUE OS RECURSOS TAMBÉM FORAM POSTADAS NO PORTAL DESTES E. TRIBUNAL, EM FORMATO PDF, PARA MELHOR VISUALIZAÇÃO, TENDO EM VISTA QUE ESTE ESPAÇO PARA POSTAGEM DE MENSAGENS/CONTEÚDOS NÃO COMPORTA ARQUIVOS EM PDF. SEGUE O LINK DE ACESSO:

<https://trt15.jus.br/transparencia/contas-publicas/pregoes-eletronicos-2022> -

CLICAR NO PROCESSO “2415/21 - 47/2022-Comprasgovbr”

Fechar

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

DECISÃO DO PREGOEIRO: NÃO PROCEDE

A DECISÃO DA PREGOEIRA REFERENTE AO RECURSO CONTRA SUA DECISÃO QUE HABILITOU A ZOOM TECNOLOGIA NO ITEM 1 ESTÁ DEVIDAMENTE REGISTRADA NO CAMPO CORRETO (ITEM 1).

Proad nº 2415/2021 – Pregão Eletrônico Compras.gov.br nº 47/2022 – ITEM 2

O Decreto n.º 10.024/19, que regulamenta o pregão na forma eletrônica para aquisição de bens e a contratação de serviços comuns estabelece:

“Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.”

Em complemento, o Art. 17 determina que caberá ao pregoeiro, em especial:

“[...]”

III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

IV - coordenar a sessão pública e o envio de lances;

V - verificar e julgar as condições de habilitação;

[...]”

Muito embora o dispositivo legal acima outorgue ao pregoeiro a competência para verificar a conformidade da proposta com os requisitos do edital, há que se notar o conteúdo estritamente técnico das propostas e documentos técnicos, assim como das alegações do recurso e das contrarrazões. E, portanto, esta Pregoeira e sua Equipe de Apoio não detêm o conhecimento técnico para avaliar as questões elencadas pela Recorrente e Recorrida, motivo pelo qual as razões recursais e contrarrazões foram submetidas à Área Técnica deste E. Tribunal para manifestação.

Ainda, cabe esclarecer que a proposta e a documentação recebidas se referem a uma solução tecnológica que deve atender aos requisitos do Edital, portanto, a equipe técnica do TRT analisou toda a solução tecnológica apresentada, incluindo solicitação de diversas diligências. A partir desta análise, confrontou-se todas as exigências técnicas do Edital com cada item da solução. A análise foi realizada com grande cautela e pautou-se por todos os preceitos legais aplicáveis.

COM RELAÇÃO AO RECURSO DA PERFIL COMPUTACIONAL PARA O ITEM 2, A ÁREA TÉCNICA DESTA E. TRIBUNAL SE MANIFESTOU NO SEGUINTE SENTIDO:

Item: 2 – Servidor do Tipo 2 - AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESCUMPRIDAS PELA PROPOSTA DA LICITANTE SK TECNOLOGIA LTDA, DA VIOLAÇÃO AO ESCOPO TÉCNICO DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

Em síntese, a Recorrente, Perfil Computacional Ltda., alega que a proposta da arrematante, SK Tecnologia Ltda., não atende aos requisitos técnicos e editalícios, especificamente, o requisito R.HS19. Afirma, ainda, que a fabricante do equipamento ofertado recomenda o uso de uma ferramenta específica - HPE Power Advisor - para se determinar o tamanho correto da fonte para a configuração do servidor. E, por fim, escreve: “A Recorrida, por todos esses fatos, merece a DESCLASSIFICAÇÃO”.

RESPOSTA TRT-15: NÃO TEM RAZÃO A RECORRENTE. A ferramenta utilizada pela recorrente é orientadora (advisor), não é a utilizada pelo fabricante para a definição das configurações do equipamento. Nas próprias ilustrações apresentadas pela recorrente, pode-se encontrar o texto: “This does not represent the normal server operation's power consumption”, ou seja, é uma situação simulada de operação que foge à normalidade. O requisito R.HS19 exige que o equipamento tenha redundância de fontes, mesmo operando em sua capacidade máxima, o que por óbvio, deve ser uma operação normal. Não é possível utilizar uma ferramenta simuladora que informa que determinada opção não representa a operação normal do equipamento para desclassificar a proposta da arrematante. Adiciona-se a estes argumentos, as contrarrazões apresentadas pela recorrida, que apresenta um documento da fabricante equipamento, no qual, a última, declara que “para comprovar o consumo de uma configuração deve-se utilizar a ferramenta de configuração HPE One Config Advanced”. Neste documento da fabricante é apresentado o relatório gerado pela ferramenta, no qual há a informação do consumo de 630,12W a 100%. Ao diligenciar para obter esclarecimentos sobre a ferramenta citada, a equipe técnica do TRT chegou à página da HPE One Configuration Advanced, URL:

<https://h22246.www2.hpe.com/oca/OCAExternalLogin>, na qual há o texto: “Welcome to One-Configuration-Advanced (OCA). OCA is the next generation configurator for technical users. [...] Users can create large configurations efficiently with OCA”, ou seja, é a ferramenta de próxima geração para a configuração de servidores e, como pode-se observar no relatório apresentado, a ferramenta considerou a configuração ofertada possível e viável. Não houve nenhuma menção a necessidade de realizar upgrade das fontes, o que se traduz em viabilidade da configuração operando em sua capacidade máxima (100%) com as fontes ofertadas - HPE 800W Flex Slot Platinum Hot Plug Low Halogen Power. Portanto, a equipe técnica conclui que o R.HS19 é atendido pela proposta da arrematante.

Após as explanações acima, no entendimento desta Pregoeira e de sua Equipe de Apoio, o procedimento licitatório transcorreu de modo a cumprir fielmente os ditames legais, primando pelo pleno atendimento às necessidades desta Administração.

Por todo exposto, depreende-se o acerto, a legalidade e a legitimidade da decisão atacada, que atendeu perfeitamente à lei e ao edital, razão pela qual esta Pregoeira não reconhece os motivos alegados pela querelante para alterar seu julgamento, resolvendo conhecer do recurso interposto e, no mérito, manter sua decisão, em

conformidade com o Decreto n.º 10.024, Art. 17, Inciso VII.

Nestes termos, à Autoridade Competente, em consonância com as disposições do art. 13º, inciso IV, do Decreto nº 10.024/2019.

Campinas, 29 de setembro de 2022.

Ana Carolina dos Santos Ramos – Pregoeira

Ciente. De acordo. André Scatuzzi - Coordenador de Licitações

OBSERVAÇÃO – INFORMO QUE OS RECURSOS TAMBÉM FORAM POSTADAS NO PORTAL DESTES TRIBUNAL, EM FORMATO PDF, PARA MELHOR VISUALIZAÇÃO, TENDO EM VISTA QUE ESTE ESPAÇO PARA POSTAGEM DE MENSAGENS/CONTEÚDOS NÃO COMPORTA ARQUIVOS EM PDF. SEGUIR O LINK DE ACESSO:

<https://trt15.jus.br/transparencia/contas-publicas/pregoes-eletronicos-2022> -

CLICAR NO PROCESSO "2415/21 - 47/2022-Comprasgovbr"

Fechar

INTERESSADOS

herbert - HERBERT WITTMANN
williamabertoni - WILLIAM DOS SANTOS ABERTONI

Vistos.

O presente expediente trata de certame licitatório visando a aquisição de servidores de rede do tipo *rack* para suprir os requisitos de recursos computacionais, com suporte e serviços associados de prestação de assistência técnica em garantia para toda a solução, incluindo componentes e acessórios e serviços de instalação física e ativação dos equipamentos, mediante Sistema de Registro de Preços.

Decorrida a disputa, classificou-se em primeiro lugar para o Item 1, a empresa Zoom Tecnologia Ltda., cuja proposta perfaz o montante de R\$ 698.000,00 (seiscentos e noventa e oito mil reais) (doc.62), sendo convocada, nos termos das disposições editalícias, a apresentar os descritivos técnicos e os Atestados de Capacidade Técnica constantes no documento de n.ºs 62 e 63 deste Proad.

A empresa SK Tecnologia Ltda. arrematante do Item 2, com proposta no valor de R\$ 1.389.999,94 (um milhão, trezentos e oitenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos) (doc. 64), apresentou descritivo técnico e catálogos e Atestados de Capacidade Técnica constantes no documento de n.ºs 64 e 65 deste Proad.

A Perfil Computacional Ltda., arrematante do Item 3, com Proposta comercial no valor total de R\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais) (doc. 66), apresentou, por sua vez, descritivo técnico e Atestados de Capacidade Técnica, por meio dos documentos de n.ºs 66 e 67 destes autos.

A pregoeira, tendo recepcionando tais documentos, (Propostas com descritivos técnicos, Material Técnico Ilustrativo e Atestados de Capacidade Técnica) encaminhou-os à equipe técnica da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, para verificação de atendimento aos requisitos do edital e manifestação acerca da necessidade de realização de diligências e/ou complementação do Material Técnico Ilustrativo pela(s) empresa(s) arrematante(s) (doc. 68).

Sobreveio informação da referida área técnica (doc. 71) de que as propostas para os itens 1, 2 e 3 foram consideradas em conformidade com o edital, após diversas diligências para dirimir as eventuais dúvidas (docs. 72 a 75).

Na sequência, foram juntados os documentos de habilitação dos arrematantes (docs. 76 a 78) e as certidões de transparência, atestadas pela pregoeira como regulares (doc. 79).

Inconformada, a empresa IDT CORP COMERCIO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI manifestou suas razões de recurso contra a decisão que classificou a proposta da empresa Zoom Tecnologia Ltda., para o item 1 (doc. 80).

Em apertada síntese, a empresa alega que as interfaces, as fontes, e a controladora ofertadas pela empresa Zoom Tecnologia Ltda. não atendem ao edital, e, também, que “a proposta da ZOOM não atendeu na íntegra as exigências do edital (...)”, e por isso requer que: “a) Que a proposta ZOOM TECNOLOGIA seja desclassificada b) Que a proposta da próxima licitante seja convocada, o certame seja retomado, seguindo as demais fases c) Que caso a Comissão não entenda assim, que o processo seja encaminhado a Autoridade Superior para apreciação”.

A empresa Perfil Computacional Ltda., também irressignada, apresentou as razões de recurso contra a decisão que classificou a proposta da empresa SK Tecnologia Ltda., para o item 2, e contra a decisão que classificou a proposta da empresa Zoom Tecnologia Ltda. (doc. 80).

Em estreita síntese, alegou “a não conformidade com as especificações contidas no Termo de Referência e demais requisitos editalícios da empresa vencedora do Item 2 (Servidor), SK TECNOLOGIA LTDA”, requerendo, por fim, a desclassificação da licitante.

Insurgiu, além disso, contra a proposta da empresa Zoom Tecnologia Ltda., vencedora do item 1, alegando “o não atendimento dos requisitos técnicos e editalícios”, bem como “O NÃO ATENDIMENTO DOS TERMOS DE GARANTIA PELA PROPOSTA DA LICITANTE ZOOM TECNOLOGIA LTDA”, além de outras alegações referentes ao documento por ela apresentado (a declaração não apresenta dados detalhados do fabricante, falta de autenticação do documento por assinatura digital, falta de tradução juramentada do documento apresentado, ausência de responsabilidade solidária entre a xFusion e Zoom, fragilidade do documento ao tratar da garantia dos equipamentos, SLA e atendimento direto ao fabricante). Por fim, requereu a desclassificação da proposta da Zoom Tecnologia Ltda., referente ao Item 1.

Atinente ao recurso da IDT CORP COMÉRCIO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA., a recorrida Zoom Tecnologia Ltda. ofereceu contrarrazões (docs. 81 e 82), requerendo que seja dada total improcedência do recurso interposto, “mantendo-se, na íntegra, a decisão que declara vencedora do certame a empresa ZOOM TECNOLOGIA, cuja proposta comercial, habilitação e documentação técnica atenderam a todos os requisitos do instrumento convocatório, e ainda se mostrou como a de menor preço e mais vantajosa ao órgão contratante”.

Já no que diz respeito ao recurso interposto pela PERFIL COMPUTACIONAL LTDA, a Zoom Tecnologia Ltda. apresentou suas contrarrazões, rebatendo todos aspectos expostos, e requerendo o julgamento do recurso improcedente, “face ao notório cumprimento e atendimento integral da empresa ZOOM TECNOLOGIA LTDA às regras editalícias” (doc. 81).

Em relação ao recurso da PERFIL COMPUTACIONAL LTDA, a recorrida SK Tecnologia Ltda. ofereceu contrarrazões (doc. 81), pleiteando a desconsideração do recurso interposto pela recorrente, pelos fundamentos ali evidenciados, e a manutenção da decisão de sua habilitação, já que atendidas as exigências vinculadas ao instrumento convocatório.

O pregoeiro, conhecendo os recursos interpostos, com respaldo nas manifestações técnicas da área de tecnologia da informação (docs. 83 e 84), manteve suas decisões (docs. 85 e 86), com aquiescência do Coordenador de Licitações e da Secretária da Administração, sequencialmente, submeteu o feito à apreciação desta Diretoria-Geral (doc. 87).

É o breve relatório.

De acordo com os registros do processo licitatório no Sistema *Compras.gov.br*, a empresa PERFIL COMPUTACIONAL LTDA. motivou sua intenção de recorrer apenas em relação à decisão que declarou vencedora a empresa SK TECNOLOGIA LTDA. (item 2).

O art. 44, do Decreto n.º 10024/2019 prevê que “declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, **durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata**, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer”. Ainda, o § 3º, da mesma norma, destaca que a “**ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer**, nos termos do disposto no caput, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor”. (destaque nosso)

No entanto, observa-se que, **em 21 de setembro**, apresentou suas razões recursais, trazendo à tela o desatendimento a requisitos de garantia da proposta e atestados de capacidade técnica pela licitante Zoom Tecnologia Ltda., além de outras alegações referentes ao documento por ela apresentado (a declaração não apresenta dados detalhados do fabricante, falta de autenticação do documento por assinatura digital, falta de tradução juramentada do documento apresentado, ausência de responsabilidade solidária entre a xFusion e Zoom, fragilidade do documento ao tratar da garantia dos equipamentos, SLA e atendimento direto ao fabricante), requerendo, ao fim, a sua desclassificação.

Observa-se que a Perfil Computacional Ltda.. restou-se inerte contra tais fatos, no momento da intenção de recorrer, fato este caracterizador do instituto da preclusão, não sendo, por isso, passível a análise dos argumentos trazidos, haja vista a **decadência** do direito de manifestar-se.

No que se refere ao recurso em desfavor da empresa SK TECNOLOGIA LTDA., a área técnica deste Tribunal, haja vista o conteúdo extremamente técnico das propostas e dos documentos técnicos, assim como das alegações do recurso e das contrarrazões, imbuída do conhecimento necessário, manifestou-se no seguinte sentido:

“A) Item: 2 – Servidor do Tipo 2 - AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESCUMPRIDAS PELA PROPOSTA DA LICITANTE SK TECNOLOGIA LTDA. DA VIOLAÇÃO AO ESCOPO TÉCNICO DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

Em síntese, a recorrente, Perfil Computacional Ltda., alega que a proposta da arrematante, SK Tecnologia Ltda., não atende aos requisitos técnicos e editalícios, especificamente, o requisito R.HS19. Afirma, ainda, que a fabricante do equipamento ofertado recomenda o uso de uma ferramenta específica - HPE Power Advisor - para se determinar o tamanho correto da fonte para a configuração do servidor. E, por fim, escreve: “*A Recorrida, por todos esses fatos, merece a DESCLASSIFICAÇÃO*”.

Resposta TRT-15: Não tem razão a recorrente. A ferramenta utilizada pela recorrente é orientadora (advisor), não é a utilizada pelo fabricante para a definição das configurações do equipamento. Nas próprias ilustrações apresentadas pela recorrente, pode-se encontrar o texto: “*This does not represent the normal server operation’s power consumption*”, ou seja, é uma situação simulada de operação que foge à normalidade. O requisito R.HS19

exige que o equipamento tenha redundância de fontes, mesmo operando em sua capacidade máxima, o que por óbvio, deve ser uma operação normal. Não é possível utilizar uma ferramenta simuladora que informa que determinada opção não representa a operação normal do equipamento para desclassificar a proposta da arrematante. Adiciona-se a estes argumentos, as contrarrazões apresentadas pela recorrida, que apresenta um documento da fabricante equipamento, no qual, a última, declara que *“para comprovar o consumo de uma configuração deve-se utilizar a ferramenta de configuração HPE One Config Advanced”*. Neste documento da fabricante é apresentado o relatório gerado pela ferramenta, no qual há a informação do consumo de 630,12W a 100%. Ao diligenciar para obter esclarecimentos sobre a ferramenta citada, a equipe técnica do TRT chegou à página da HPE One Configuration Advanced, URL: <https://h22246.www2.hpe.com/oca/OCAExternalLogin>, na qual há o texto: *“Welcome to One-Configuration-Advanced (OCA). OCA is the next generation configurator for technical users. [...] Users can create large configurations efficiently with OCA”*, ou seja, é a ferramenta de próxima geração para a configuração de servidores e, como pode-se observar no relatório apresentado, a ferramenta considerou a configuração ofertada possível e viável. Não houve nenhuma menção a necessidade de realizar upgrade das fontes, o que se traduz em viabilidade da configuração operando em sua capacidade máxima (100%) com as fontes ofertadas - *HPE 800W Flex Slot Platinum Hot Plug Low Halogen Power*. Portanto, a equipe técnica conclui que o R.HS19 é atendido pela proposta da arrematante.

B) Item: 1 – Servidor do Tipo 1 - O NÃO ATENDIMENTO DOS TERMOS DE GARANTIA PELA PROPOSTA DA LICITANTE ZOOM TECNOLOGIA LTDA.

Em síntese, a recorrente cita os requisitos R.GM01 e R.GM03, que tratam de temas sobre garantia e assistência técnica. Inclui os textos das diligências realizadas pela equipe técnica e afirma que: *“Perante todas as deficiências, Fragilidades e falta de valor legal das documentações apresentadas pela licitante ZOOM, os riscos de não cumprimento das cláusulas contratuais pela contratada é extremamente representativo”*. Prossegue citando o item 9.11 do edital, que versa sobre a Qualificação Técnica exigida no edital e escreve: *“Vale destacar que, apesar da licitante ZOOM ter apresentado diversos Atestados de Capacidade Técnica, em nenhum deles é reportado o uso de equipamentos da marca xFusion. O que corrobora com a fragilidade desta parceria e capacidade de execução do cumprimento das cláusulas contratuais deste edital”*.

Resposta TRT-15: Não tem razão a recorrente. Preliminarmente, a equipe técnica informa que a análise da habilitação documental das propostas é realizada pela área administrativa do TRT-15, sendo a habilitação técnica e os requisitos técnicos analisados pela área técnica de TIC. Antes da documentação ser encaminhada à área técnica, é feita uma verificação sobre a habilitação das arrematantes e, se forem consideradas não habilitadas, o processo não é encaminhado para avaliação pela área técnica.

Como pode-se verificar pela própria análise do texto do recurso apresentado, a equipe técnica, antes de considerar que a proposta da arrematante está em conformidade com o edital, promoveu várias diligências com o objetivo de ter esclarecidos vários pontos em que teve dúvidas sobre o pleno atendimento aos requisitos técnicos do edital. E, apenas depois de ter formado sua convicção, relatou à Pregoeira a conclusão sobre a conformidade técnica da proposta. A equipe técnica para validar os requisitos R.GM01 e R.GM03 fez várias verificações no site da fabricante do equipamento ofertado <<https://xfusion.com/>>, bem como no site da arrematante <<https://www.zoomtecnologia.com.br/>>. Foram verificadas, para o modelo de equipamento ofertado, as disponibilidades de suporte técnico, documentação e atualização de software. Foi verificado o funcionamento do endereço de e-mail fornecido pela arrematante em um dos esclarecimentos prestados <LASupport@xfusion.com>, onde obteve-se resposta do escritório da fabricante no México indicando a arrematante como prestadora de serviços de suporte no Brasil (vide: link para o e-mail impresso). A equipe técnica não poupou esforços para analisar o atendimento dos requisitos do edital. Sobre a qualificação técnica, sem qualquer razão, a recorrente questiona os atestados de capacidade técnica apresentados pela arrematante, alegando que “*em nenhum deles é reportado o uso de equipamentos da marca xFusion*), ignorando os termos do edital que exigem “*aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação*”, ora, em nenhum item do edital exige-se que o equipamento apresentado no atestado seja da mesma marca que o ofertado e nem poderia ser diferente, sob pena de restrição à livre concorrência. Os atestados de capacidade técnica foram analisados e considerados suficientes para comprovar a aptidão da arrematante. Neste mesmo parágrafo, a recorrente entra em contradição quando, depois de combater a validade da parceria entre a fabricante e a recorrida, admite que há parceria (embora a considere frágil): “*O que corrobora com a fragilidade desta parceria e capacidade de execução do cumprimento das cláusulas contratuais deste edital*” (*grifo* nosso). Portanto, com as informações levantadas é possível afirmar que os requisitos R.GM01 e R.GM03, assim como a qualificação técnica, são atendidos pela recorrida.”

Concernente ao recurso da IDT CORP COMERCIO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI, a mesma área especializada pontuou:

“A) RAZÃO I: R.HS05. A recorrente alega que a proposta apresentada pela arrematante Zoom Tecnologia Ltda. ofertou *transceivers* ópticos, que não atendem requisito R.HS05. Alega, também, que não é possível identificar 3 “protocolos” no documento “*SC332 OCP 3.0 NIC User Guide 01.pdf*” enviado pela arrematante para a “placa SC332”.

Resposta TRT-15:

Sobre os *transceivers*, **não tem razão a recorrente**, pois, conforme a própria recorrente informou, foi realizada diligência solicitando esclarecimentos sobre o atendimento à exigência do R.HS05, especificamente sobre *o uso com cabos de rede "par metálico - RJ-45" (BASE-T).* e a resposta da

arrematante declarou: “[...] forneceremos os transceivers/GBICs SFP+ com conexãoRJ-45 (10G-BASE-T)”. Portanto, a partir desta resposta, ficou esclarecido que a proposta da arrematante atende a esta parte do requisito.

Sobre os 3 “protocolos” citados, não tem razão a recorrente. Preliminarmente, destaca-se que o requisito não usa o termo “protocolo”, mas sim “tecnologia” e “padrões” que, em alguns contextos, não podem ser considerados como termos sinônimos. A documentação apresentada pela arrematante para este item mostra que o chip utilizado na placa ofertada - SC332 OCP3.0 Ethernet Adapter, 10 GE (CX-4 LX) - é da fabricante *Mellanox Technologies Ltd.* (empresa adquirida pela NVIDIA Corporation em 2020), modelo *ConnectX-4 Lx*. Informa, também, que o *chip* é o responsável por implementar as funções do adaptador de rede (*ConnectX-4 Lx - NIC chip that implements NIC functions*). No documento, fornecido pela arrematante (pb-connectx-4-lx-en-card.pdf), que apresenta algumas funções implementadas pelo *chip*, na seção *CPU Offloads*, sob o item *Features* encontram-se descritas as funcionalidades que atendem ao TSS e ao GSO. Quanto ao SLB (*Smart Load Balancing*), dentre as diligências realizadas pela equipe técnica encontraram as seguintes informações: “*Multi-Host L3/L4 Classification - Enables load balancing in the Multi PF Switch layer (MPFS) based on the L3/L4 headers*” (**grifo meu**) quanto a arquitetura do chip e, ainda, as diligências da equipe técnica foram adiante e esclareceram que a tecnologia *Smart Load Balancing* é implementada com o conceito de *NIC Teaming*, sendo que o sistema Operacional Windows usa o termo *NIC Teaming* e os sistemas operacionais Linux, via de regra, usam o termo *NIC Bonding*. No documento, apresentado pela arrematante, *SC332 OCP 3.0 NIC User Guide 01.pdf* , página 10, item 2.1 *Feature List*, está a resposta para o atendimento da tecnologia quando informa que a placa: *Supports bonding and teaming (with the OS)*.

R e f e r ê n c i a s :

https://network.nvidia.com/related-docs/firmware/ConnectX4Lx-FW-14_23_1f ; <https://lwn.net/Articles/666180/> ; <https://www.parallels.com/blogs/ras/nic-teaming/> ; e https://www.allied-tesis.co.jp/support/list/adapter/2973/broadcom_ug.pdf - páginas 43 a 46).

Com as informações levantadas é possível afirmar que a placa ofertada atende a todas as tecnologias citadas no requisito.

B) RAZÃO II - R.HS19 - A recorrente alega que a arrematante ofertou a menor fonte disponível para o equipamento 2288H V6 e conclui que, por isso, *certamente não suporta o equipamento em sua configuração na capacidade máxima*. Além desta alegação, a recorrente fez *algumas simulações, onde comprovam que nem com a configuração ofertada, não sendo considerada a configuração em sua capacidade máxima, a fonte de 900 W poderia atender*. E, ao final, *conclui que as fontes ofertadas não atendem ao edital*.

Resposta TRT-15:

Não tem razão a recorrente. Preliminarmente, há um erro de interpretação do requisito, a correta leitura é aquela que entende que a exigência para que as fontes de alimentação *suportem a configuração dos equipamentos ofertados operando em sua capacidade máxima* significa que as fontes ofertadas devem suportar a operação do equipamento configurado com os componentes (processadores, memórias, placas, discos, etc.) necessários para atender a todos os requisitos do edital, operando em sua capacidade máxima considerando os componentes ofertados. Não é possível afirmar que: somente porque a fonte de 900 W é *a menor fonte disponível para o equipamento 2288H V6*, que ela não suporta o equipamento na configuração ofertada operando em sua capacidade máxima. É possível verificar o equívoco na interpretação quando se lê o texto que afirma “*se a fonte de 900 W ofertada é a menor fonte disponível para o equipamento 2288H V6, certamente não suporta o equipamento em sua configuração na capacidade máxima*” (grifo meu).

Por esse raciocínio, para atender o requisito, somente seria possível ofertar a fonte de maior capacidade disponível para o equipamento, o que não tem lógica e nem seria razoável que se solicitasse um servidor com uma configuração, mas com fontes muito mais potentes que o necessário. Alguém poderia dizer que um pedido ilógico destes seria feito já prevendo um possível futuro upgrade da solução, o que também não se justifica, pois se esse possível *upgrade* não ocorrer, o que justificaria o investimento adicional em fontes superdimensionadas?

Na sequência, a recorrente afirma que o fabricante *XFusion não disponibiliza de ferramenta para calculo de voltagem de seu equipamentos*, mas isso não é verdade, a ferramenta pode ser encontrada em: [xFusion Server Power Calculator](https://drive.google.com/file/d/1XbI4232S8pFAvd9ZNIY20ZKLAa9z_Wgc/v). A equipe técnica do TRT, mesmo entendendo que este tipo de simulação não possui a acurácia necessária para reproduzir o funcionamento real de um servidor, em respeito ao recorrente, que, de boa fé, utilizou estas simulações, fez uma simulação com a ferramenta disponibilizada pela fabricante XFusion e obteve um consumo de 796,55 Watts com o equipamento em carga máxima (Load 100%). O resultado da simulação pode ser consultado aqui: https://drive.google.com/file/d/1XbI4232S8pFAvd9ZNIY20ZKLAa9z_Wgc/v. A recorrente apresenta simulações com ferramentas de outros fabricantes alegando que estas simulações *comprovam que nem com a configuração ofertada, não sendo considerada a configuração em sua capacidade máxima, a fonte de 900 W poderia atender*. No entanto, ao usar esta metodologia, ignora que as ferramentas utilizadas não podem ser consideradas como medidores acurados para simular o consumo de um equipamento que utiliza outros componentes na sua construção. A própria recorrente informa que usou equipamentos de outras marcas (HP, Dell e Lenovo) nas simulações, ou seja, as comparações não são tecnicamente viáveis para comprovar o não atendimento ao requisito. Portanto, a equipe técnica conclui que o R.HS19 é atendido pela proposta da arrematante.

C) RAZÃO III - R.HS34 - A recorrente alega que a arrematante ofertou a controladora: RAID Controller 9460-8i – SAS/SATA 12Gbps e que esta

controla apenas 8 discos e não 16 conforme deveria ser, pois o equipamento possui 16 discos internos. Que deveria ter sido a controladora 9460-16i. E conclui que a controladora ofertada não atende ao edital.

Resposta TRT-15:

Não tem razão a recorrente. A placa RAID Controller 9460-8i – SAS/SATA 12Gbps ofertada tem capacidade para controlar até 240 discos, conforme é possível verificar no documento *V6 Server RAID Controller Card User Guide 05.pdf*, em sua página 893, item 10.2 Functions: “The number of hard drives, virtual drives, and hard drive groups supported by the 9460-8i are as follows: 240 hard drives”. As denominações 8i e 16i não se referem a quantidade de discos que podem ser controlados, mas sim à quantidade de canais (raias ou lanes) PCIe 3.0 disponíveis, como informa o documento, apresentado pela arrematante, *V6 Server RAID Controller Card User Guide 05.pdf*, em sua página 890, item 10.1 Overview: “The AVAGO MegaRAID SAS9460-8i RAID controller card (9460-8i) is an 8-port 12 Gbit/s SAS controller based on the MegaRAID architecture. Equipped with eight PCIe 3.0 lanes [...]”. Portanto, a equipe técnica conclui que o R.HS34 é atendido pela placa ofertada na proposta da arrematante.”

Do exposto, acolho integralmente as razões expendidas pela equipe técnica (docs. 83 e 84) e pelo Pregoeiro, corroboradas pela Coordenadoria de Licitações (docs. 85 e 86) e Secretaria da Administração (doc. 87), que adoto como fundamentação, para, conhecendo o teor dos recursos interpostos pelas empresas IDT CORP COMERCIO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI e PERFIL COMPUTACIONAL LTDA (doc. 80, no concernente ao recurso contra a empresa SK Tecnologia Ltda.), no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do inciso IV, do art. 13, do Decreto n.º 10.024/2019.

Ademais, não conheço do recurso interposto pela PERFIL COMPUTACIONAL LTDA contra a empresa ZOOM TECNOLOGIA LTDA., haja vista a decadência do direito de recorrer, consoante teor do art. 44, § 3º, do Decreto n.º 10.024/2019.

Encaminhem-se os autos à Secretaria da Administração para as providências cabíveis, incluindo-se a cientificação das empresas interessadas acerca da presente decisão e das manifestações constantes nos documentos 83 e 84.

Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser

Diretor-Geral

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

DECISÃO DA AUT. COMPETENTE: MANTÉM DECISÃO PREGOEIRO

Com base na manifestação do pregoeiro, decido pela adjudicação do objeto conhecendo do recurso, porém negando-lhe provimento.

Fechar

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

DECISÃO DA AUT. COMPETENTE: MANTÉM DECISÃO PREGOEIRO

Com base na manifestação do pregoeiro, decido pela adjudicação do objeto conhecendo do recurso, porém negando-lhe provimento.

Fechar